

## 澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL  
DE MACAU

## 政府機關通告及公告 AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

廉 政 公 署

COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO

2019

2019

澳門廉政公署工作報告

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO  
COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO  
DE MACAU

目 錄

ÍNDICE

前言.....	7343	<b>PREÂMBULO</b> .....	7343
<b>第一部分 案件處理總體情況</b> .....	7345	<b>SECÇÃO I – SITUAÇÃO GERAL DO TRATAMENTO DE PROCESSOS</b> .....	7345
<b>第二部分 反貪工作</b> .....	7349	<b>SECÇÃO II – COMBATE À CORRUPÇÃO</b> .....	7349
一、概述 .....	7349	I. Introdução .....	7349
二、刑事舉報及立案簡介 .....	7350	II. Número de denúncias de natureza criminal e de processos instruídos .....	7350
三、案件摘要 .....	7351	III. Sumário de casos .....	7351
四、跨境案件協查 .....	7356	IV. Cooperação transfronteiriça .....	7356
五、法院判決 .....	7357	V. Sentenças judiciais .....	7357
六、財產及利益申報工作 .....	7358	VI. Trabalho relativo à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses .....	7358
<b>第三部分 行政申訴</b> .....	7359	<b>SECÇÃO III – PROVEDORIA DE JUSTIÇA</b> .....	7359
一、概述 .....	7359	I. Introdução .....	7359
二、專案調查 .....	7361	II. Inquéritos .....	7361
三、其他行政申訴案件選要 .....	7371	III. Resumo de outros casos da área da provedoria de justiça .....	7371
<b>第四部分 宣傳教育</b> .....	7376	<b>SECÇÃO IV – ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO</b> .....	7376
一、公私營機構防貪教育 .....	7377	I. Sensibilização para a prevenção da corrupção nos sectores público e privado .....	7377
二、青少年廉潔教育 .....	7378	II. Educação para a integridade da juventude .....	7378
三、社區推廣工作 .....	7381	III. Acções de promoção comunitária .....	7381
<b>第五部分 對外交流與培訓</b> .....	7382	<b>SECÇÃO V – INTERCÂMBIO COM O EXTERIOR E ACÇÕES DE FORMAÇÃO</b> .....	7382
一、接待來訪 .....	7382	I. Recepção de delegações .....	7382
二、外訪及參與區域、國際會議 .....	7383	II. Deslocações ao exterior e reuniões regionais e internacionais .....	7383
三、《聯合國反腐敗公約》履約審議工作會議 .....	7384	III. Reuniões de trabalho relativas à avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção .....	7384
四、人員培訓 .....	7384	IV. Formação dos trabalhadores .....	7384
<b>第六部分 附件</b> .....	7385	<b>SECÇÃO VI – ANEXOS</b> .....	7385
附件一 廉政公署處理陳訴(陳述、投訴及舉報)流程圖...	7385	Anexo I – Fluxograma sobre o processo de tratamento de queixas e denúncias .....	7386
附件二 廉政公署組織架構圖 .....	7387	Anexo II – Organograma do Comissariado contra a Corrupção .....	7388

## 前言

2019年，廉政公署繼續秉持依法辦事原則，採取反貪與防貪並重的方針，切實履行肅貪倡廉任務；在反貪工作方面，以務實求真的態度和鍥而不捨的精神，堅決打擊公共部門與私營部門的貪腐行為；在行政申訴方面，認真監督公共部門運作，密切監察社會特別關切的領域，適時處理所發現的行政違法或不當行為，並提出糾正建議；此外，還積極參與《聯合國反腐敗公約》履約審議工作；透過參加國際及區域會議和培訓活動，提升工作人員的專業能力；持續開展各種形式的倡廉活動，拓展社區關係網絡，爭取大眾支持廉政建設。

在反貪工作上，繼2018年查處多宗涉及以虛假文件騙取澳門居留許可的“重大投資移民”及“技術移民”案件後，廉政公署於2019年亦成功偵破澳門貿易投資促進局主要領導及主管在審批“重大投資移民”及“技術移民”的過程中，涉嫌利用職權不法牟利及受賄作不法行為的貪腐案件。

此外，近年廉政公署接獲不少涉及詐騙政府津助及公帑的投訴及舉報，對於此等涉及公有財產及濫用公共職能等損害公共利益之犯罪，亦依法履行職責，予以嚴厲打擊。

除了盡力完成關於公營部門的反貪調查，廉政公署對私營部門的反貪工作亦同樣重視，並留意到在近年收到有關私營部門的投訴中，涉及博企或大型酒店管理的投訴及舉報有上升趨勢，主要包括工程招標、物資採購、人員招聘及晉升等過程中出現的不規則問題。廉政公署將持續關注此等問題可能衍生的私

## PREÂMBULO

Em 2019, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) continuou a pautar o seu trabalho pela legalidade e, seguindo a orientação da mesma valorização da repressão e da prevenção da corrupção, assegurou efectivamente o cumprimento da sua missão no combate à corrupção e na promoção da integridade. No âmbito do combate à corrupção, foi desenvolvido um esforço com base numa atitude pragmática face à procura da verdade e, num espírito de persistência, prosseguiu o combate, com toda a firmeza, aos actos de corrupção no sector público e no sector privado. No âmbito da provedoria de justiça, houve um empenho sério na fiscalização do funcionamento dos serviços públicos, prestando-se especial atenção às áreas a que a sociedade está mais atenta, tratando os actos administrativos ilegais ou irregulares atempadamente e apresentando sugestões para a sua correcção. Para além disso, o CCAC participou também activamente nos trabalhos relativos à avaliação da conformidade com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e foram reforçadas as capacidades profissionais do pessoal através da participação em conferências, reuniões e actividades de formação a nível internacional e regional. Acções de promoção dos valores de integridade foram igualmente desenvolvidas de forma regular e diversificada, com o intuito de expandir a rede de relações comunitárias e angariar o apoio da população em geral na construção de uma sociedade íntegra.

No âmbito do combate à corrupção, na sequência da investigação, em 2018, de diversos casos envolvendo a obtenção, de forma fraudulenta, da autorização para fixação de residência através de documentos falsos no âmbito dos pedidos de “imigração por investimentos relevantes” e de “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados”, o CCAC conseguiu, em 2019, resolver com sucesso o caso de corrupção respeitante aos principais dirigentes e chefes do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, que teriam aproveitado os seus poderes funcionais para obter vantagens ilícitas e praticado actos de corrupção passiva para acto ilícito, aquando da apreciação dos pedidos de “imigração por investimentos relevantes” e de “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados”.

Por outro lado, o CCAC recebeu, nos últimos anos, diversas queixas e denúncias relativas à obtenção fraudulenta de subsídios e de fundos públicos atribuídos pelo Governo, e perante tais casos criminais envolvendo delitos contra o património público e o exercício abusivo de funções públicas, entre outros, prejudicando conseqüentemente o interesse público, o CCAC actuou de acordo com as suas atribuições legais, combatendo igualmente e com toda a firmeza as referidas condutas criminosas.

Além de empenhar esforços na conclusão de investigações anti-corrupção no sector público, o CCAC dá igualmente ênfase ao trabalho de combate à corrupção no sector privado, tendo constatado que, no âmbito das queixas relacionadas com o sector privado recebidas nos últimos anos, existe uma tendência de subida do número de queixas e denúncias que envolvem as questões de gestão dentro dos casinos e dos hotéis de grande envergadura, e sobretudo envolvendo irregularidades no âmbito de concursos públicos de empreitada, aquisição de bens e materiais, recrutamento e promoção de pessoal, etc. O CCAC

賄犯罪風險，促進私營部門的誠信管治和健康發展，竭力維護澳門的廉潔公平。

然而，從另一角度而言，對於有市民欲透過向廉政公署檢舉犯罪的方式，去處理一些僅屬於民事糾紛的情況，例如涉及大廈管理公司與管理委員會對於管理費用開支等問題，確實有需要在未來透過宣傳、教育加強市民對處理糾紛的正確認知，以確保特區社會整個體制得以運行於正軌之上。

在行政申訴方面，調查個案所涉及的問題不一，當中備受關注的問題有公共部門招聘人員的條件、要求及程序，亦有涉及公共部門能否滿足市民真正需求及期望等。絕大部份個案經廉政公署調查後，發現問題的嚴重性往往不至於違反法律規範，更多的是部門在執行抽象的法律規範時出現問題，以及在設身處地為民解困的效率方面仍存在不少改善空間。這些個案所涉及的部門對廉政公署反映的意見及建議均表示接納，並承諾會積極檢討並加以改善，廉政公署未來可能會對這些部門再作出審查跟進，以期提升公共行政的透明度和效率，預防貪腐事件的發生。

此外，廉政公署發現超過五成的投訴或舉報是以匿名作出，當中超過六成六均屬子虛烏有，與事實不符或無法進一步取得成效的個案，這無疑是對公共資源的一種濫用。廉政公署期望市民為自己的行為承擔責任，在行使市民的權利和履行義務時應有理有據地作出投訴或舉報，為構建一個更廉潔、公平的社會共同努力。

最後，值得一提的是，廉政公署於2019年聯同特區政府其他職能部門完成撰寫有關《聯合國反腐敗公約》第二章（預防措施）及第五章（資產的追回）在澳門特區實施情況的自評清單。廉政公署會繼續積極配合聯合國專家主導的履約審議工

continuará a prestar atenção ao eventual risco da prática de crimes de corrupção no sector privado que possa advir dos problemas acima referidos, promovendo a ética empresarial e o desenvolvimento saudável do sector privado, esforçando-se pela defesa da integridade e da justiça em Macau.

No entanto, e numa outra perspectiva, perante situações em que alguns cidadãos tencionam resolver, por meio de denúncias de cariz criminal apresentadas junto do CCAC, questões que apenas têm a ver com disputas civis, como por exemplo, questões relativas aos gastos com as despesas de condomínio controvertidas entre as empresas de gestão de condomínio e as comissões administrativas de condomínio, considera o CCAC que há, de facto, necessidade de elevar o conhecimento correcto dos cidadãos em matéria de resolução de litígios, através de acções de divulgação e sensibilização a serem realizadas no futuro, assegurando assim que todo o sistema organizacional da sociedade da Região seja colocado num caminho correcto.

No âmbito da provedoria de justiça, estão em causa diversas questões, de natureza diferente, nos casos investigados, e entre aquelas a que a sociedade presta mais atenção, temos a questão sobre as condições, exigências e procedimentos relativos ao recrutamento de pessoal pelos serviços públicos, bem como a questão de saber se os serviços públicos estão aptos para satisfazer efectivamente as necessidades e desejos dos cidadãos, entre outras. Na sequência da investigação da maioria de casos pelo CCAC, constatou-se que, muitas vezes, a gravidade do problema não reside na violação de disposições legais, sendo que o que acontece, com maior frequência, é o facto de os serviços públicos enfrentarem problemas aquando da execução das normas legais abstractas. Para além disso, existe também um grande espaço para melhoria, por parte dos referidos serviços, no que concerne à eficiência obtida na resolução concreta dos problemas dos cidadãos. Os serviços públicos envolvidos nessas situações expressaram-se no sentido de aceitar as opiniões e sugestões emitidas pelo CCAC, prometendo ainda que irão proceder, de forma empenhada, a trabalhos de revisão e de melhoramento, sendo que o CCAC irá possivelmente proceder a uma nova fiscalização e acompanhamento em relação a esses serviços no futuro, com vista a elevar a transparência e a eficiência da administração pública, prevenindo assim o surgimento de casos de corrupção.

Por outro lado, o CCAC reparou que mais de 50% das queixas e denúncias recebidas são anónimas, entre as quais, mais de 66% ou não são verídicas, ou cujo teor não corresponde à realidade, ou então tratam-se de queixas a que é inviável dar seguimento por forma a obter resultados frutíferos, sendo que tais situações implicam indubitavelmente um abuso de recursos públicos. O CCAC espera que os cidadãos assumam responsabilidade pelos seus próprios actos, sendo que ao exercer os seus direitos e ao cumprir as suas obrigações, devem apresentar queixas ou denúncias com a respectiva justificação e fundamentação, empenhando conjuntamente os seus esforços para a construção de uma sociedade mais íntegra e justa.

Por último, importa sublinhar que o CCAC, juntamente com outros serviços competentes, concluiu, em 2019, a elaboração do questionário de auto-avaliação relativo à situação da conformidade da implementação do disposto nos Capítulos II (Medidas preventivas) e V (Recuperação de activos) da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção na RAEM. O

作，藉此檢視澳門在預防和打擊貪腐制度上的不足，並將繼續堅決打擊公、私營部門的貪腐行為，提升公務人員和市民的廉政意識，增強市民的監督能力，以回應社會對加強廉政建設的殷切訴求。

二零二零年三月

廉政專員  
陳子勁

O Comissário contra a Corrupção  
Chan Tsz King

**第一部分**  
**案件處理總體情況**

在2019年，廉政公署共接獲584宗投訴及舉報，1,089宗不同性質的求助查詢，其中涉及刑事方面為696宗，行政申訴方面為393宗。

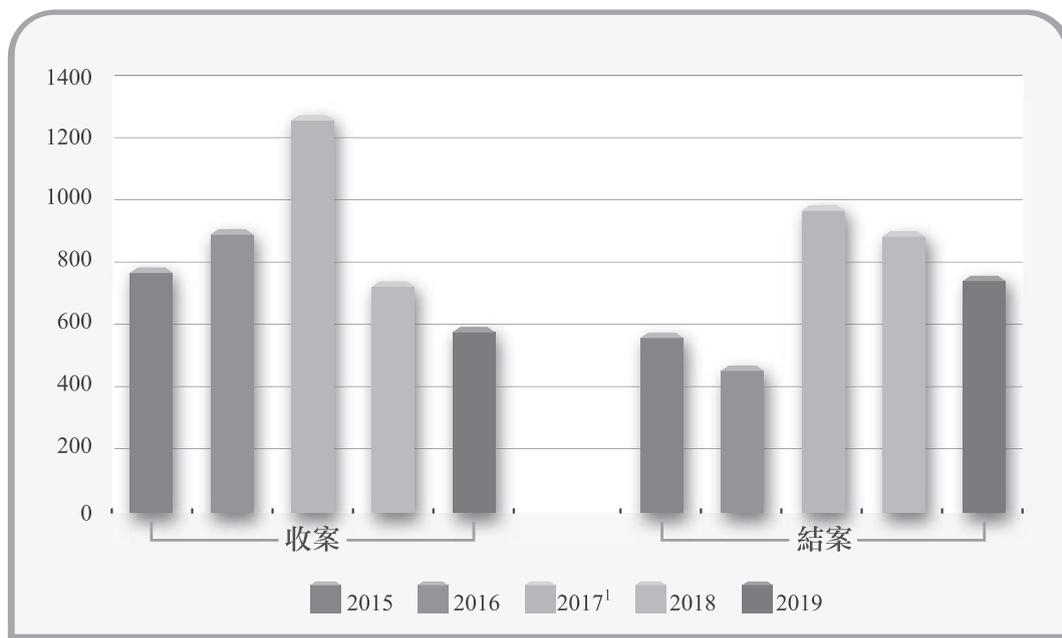
CCAC continuará a cooperar, de forma empenhada, nos trabalhos orientados por especialistas das Nações Unidas, no que respeita à avaliação de conformidade da implementação da Convenção, aproveitando esta ocasião para também proceder à revisão de eventuais defeitos do regime de Macau no âmbito da prevenção e do combate à corrupção, continuando igualmente a combater, com determinação, os crimes de corrupção nos sectores público e privado, elevando a consciência de integridade dos trabalhadores da função pública e dos cidadãos, bem como aprimorando a capacidade de supervisão dos cidadãos, a fim de responder às solicitações sinceras e urgentes da sociedade quanto ao fortalecimento da criação de uma sociedade íntegra.

Em Março de 2020.

**SECÇÃO I**  
**SITUAÇÃO GERAL DO TRATAMENTO**  
**DE PROCESSOS**

Em 2019, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) recebeu um total de 584 queixas e denúncias e 1.089 pedidos de consulta e de informação sobre diferentes matérias, sendo 696 relacionados com matéria criminal e 393 relacionados com matéria administrativa.

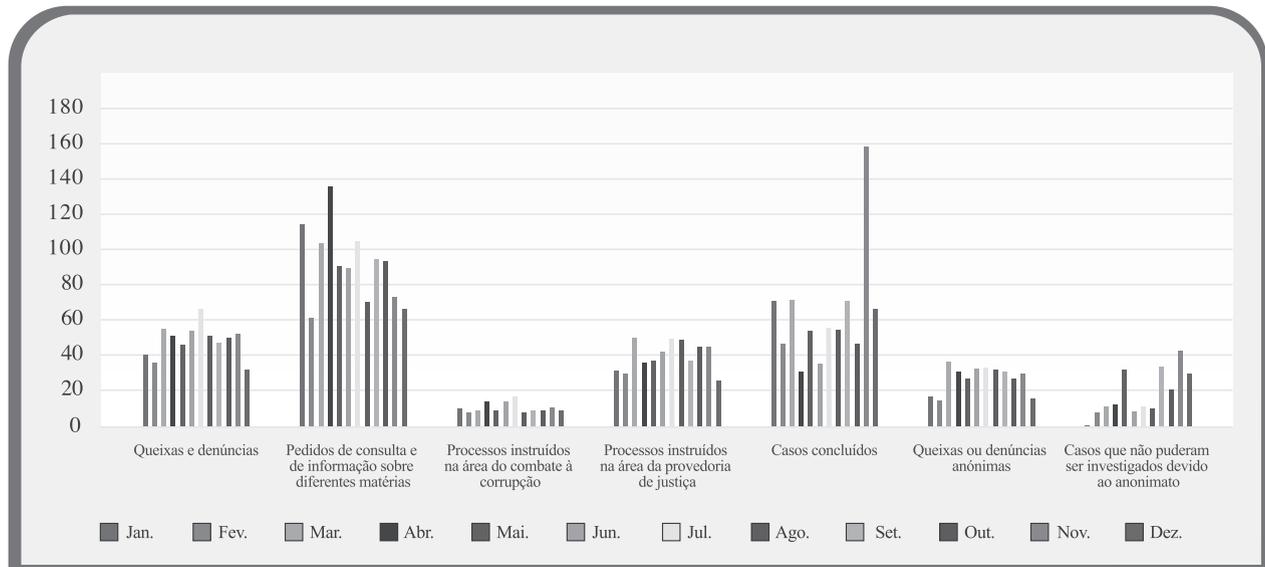
**2015-2019年收案及結案統計數字**



<sup>1</sup> 2017年為第六屆立法會選舉年。



**Estatística dos casos tratados em 2019**



**2018年及2019年按收案來源的統計數字**

收案途徑		2018		2019	
		數量	百分比	數量	百分比
市民的投訴或舉報	具名或願意提供個人資料	304	41.4%	238	40.8%
	匿名或請求匿名	406	55.4%	319	54.6%
主動跟進		5	0.7%	3	0.5%
協查案件		2	0.3%	14	2.4%
公共機關轉介		16	2.2%	10	1.7%
<b>收案總數</b>		<b>733</b>	<b>100%</b>	<b>584</b>	<b>100%</b>

**Estatística das queixas e denúncias recebidas em 2018 e 2019 segundo a sua origem**

Origem		2018		2019	
		Total	Percentagem	Total	Percentagem
Queixas ou denúncias dos cidadãos	Com identificação ou disponibilização de informações pessoais	304	41,4%	238	40,8%
	Anónimas ou com pedidos de confidencialidade sobre a identidade do queixoso	406	55,4%	319	54,6%
Intervenção por iniciativa própria		5	0,7%	3	0,5%
Casos remetidos por autoridades exteriores		2	0,3%	14	2,4%
Casos remetidos por entidades públicas		16	2,2%	10	1,7%
<b>Total</b>		<b>733</b>	<b>100%</b>	<b>584</b>	<b>100%</b>

上述投訴及舉報數據顯示，具名或願意提供個人資料的投訴或舉報始終比匿名的比例要少，後者在投訴或舉報的總數中所佔比率為54.6%，雖然比2018年的55.4%稍低，但基於屬匿名投訴或舉報而無法展開深入調查並取得成效的百分比卻高佔66.8%。

同年廉政公署接收投訴及舉報的方式以函件、網上投訴及電郵為主，分別有247宗、146宗及73宗，函件佔全年收案總數的42.3%，網上投訴及電郵各佔25%及12.5%；市民透過電話投訴或舉報的有59宗，佔全年收案總數的10.1%，而選擇親身投訴或舉報的有56宗，佔全年收案總數的9.6%。

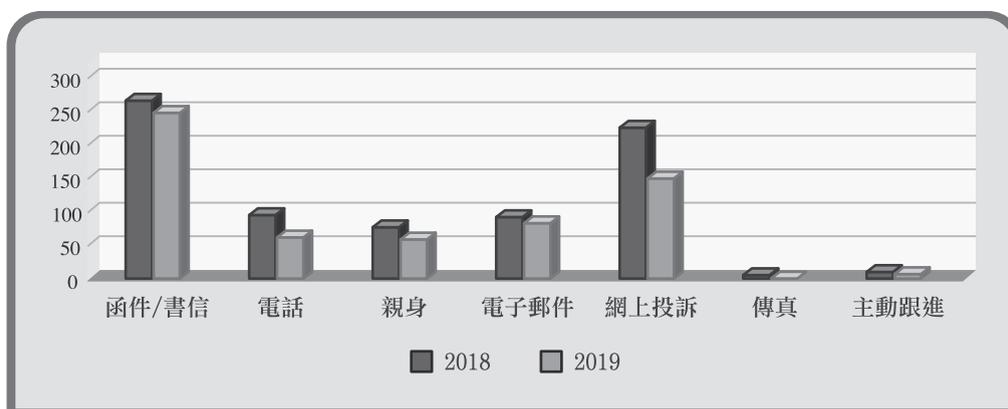
跟上一年度比較，市民仍較多以“函件/書信”及“網上投訴”作出投訴或舉報。

Segundo os dados acima referidos, a proporção das queixas ou denúncias apresentadas com identificação do queixoso ou com a disponibilização de informações pessoais foi menor que a das queixas ou denúncias anónimas, estas últimas representam uma percentagem de 54,6% do total das queixas e denúncias recebidas e, embora se verifique uma ligeira descida em comparação com a percentagem de 55,4% registada em 2018, ainda assim, os casos que, em 2019, não puderam ser investigados em profundidade e não tiveram resultados por causa do anonimato representam uma alta percentagem de 66,8%.

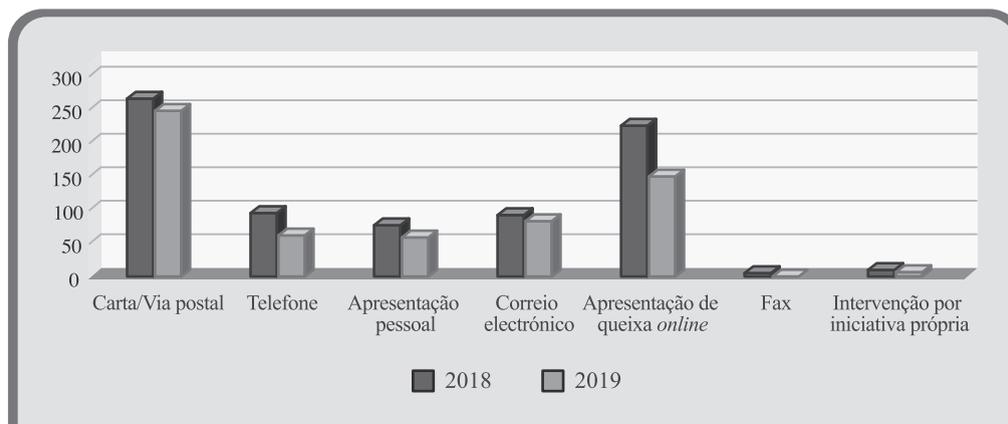
No mesmo ano, os meios mais utilizados na apresentação de queixas e denúncias ao CCAC foram a carta, a apresentação *online* e o correio electrónico, registando-se totais de 247 casos, 146 casos e 73 casos, respectivamente. A apresentação por carta representa uma percentagem de 42,3% do total das queixas e denúncias recebidas, enquanto 25% e 12,5% foram apresentadas respectivamente via *online* e através do correio electrónico. A par disso, é de referir que 59 casos foram apresentados por cidadãos através do telefone, enquanto 56 casos foram apresentados pessoalmente, representando respectivamente percentagens de 10,1% e de 9,6% do total das queixas e denúncias recebidas.

Com referência aos dados do ano anterior, os meios mais utilizados pelos cidadãos na apresentação de queixas ou denúncias em 2019 continuaram a ser a “carta/via postal” e a “apresentação *online*”.

2018年及2019年按收案方式的統計數字



Estatística das queixas e denúncias recebidas em 2018 e 2019 segundo a forma de apresentação



## 第二部分 反貪工作

## SECÇÃO II COMBATE À CORRUPÇÃO

### 一、概述

2019年是澳門回歸祖國的二十周年，也是廉政公署成立的第二十年。經過多年來的努力和不斷完善，廉政公署的反貪工作顯得更沉穩有序，並始終堅守法律，鍥而不捨，不論大案小案均秉公辦理。為建設清廉的公共行政體系、公平的營商環境，倡導公正的選舉文化、廉潔的社會風尚，克盡己職，獻一分力。

2019年偵辦的反貪案件有如下特點：

其一是反貪策略上的延續性。2019年，廉政公署延續過往一貫不屈不撓的精神，繼續切實跟進對澳門社會影響深遠的案件，深挖到底。繼兩年前查處多宗涉及提供虛假資料申請居留許可的案件後，再接再厲查處三宗同類型案件，並最終在2019年7月，完成對澳門貿易投資促進局行政管理委員會前主席、一名前執行委員，以及一名原投資居留暨法律處經理的刑事案件調查。相關人員在審批“重大投資移民”和“技術移民”的申請時，涉嫌觸犯受賄作不法行為罪、偽造文件罪、違反保密罪及濫用職權罪等罪名，案件已完成偵查並移送司法機關。此外，也繼續查處了一批涉及詐騙各類政府資助的案件，例如詐騙環保與節能基金資助以及持續進修發展計劃資助等。

其二是涉及的犯罪類型有所收窄。2019年，除了兩宗涉及領導主管的濫用職權案之外，偽造文件犯罪佔查處案件的很大比例，直接行賄受賄的貪污案件相對減少。

然而，公職人員中涉及警員違紀違法案件略有增加。廉政公署2019年處理了數宗有關警員違紀的案件，主要涉及與進入賭

### I. Introdução

No ano de 2019 comemorou-se o 20.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, e também o 20.º aniversário do CCAC. Com o esforço e o aperfeiçoamento contínuo ao longo dos anos, o trabalho de combate à corrupção levado a cabo pelo CCAC está cada vez mais estável e sistematizado. Para além disso, o CCAC age sempre de acordo com a lei, mantendo um espírito firme e persistente, adoptando uma atitude imparcial na investigação dos casos, independentemente do seu grau de gravidade. Além disso, o CCAC assume todas as suas responsabilidades e contribui com todo o seu esforço na construção de um sistema íntegro na Administração Pública e de um ambiente comercial justo, bem como na promoção de uma cultura eleitoral justa e de costumes sociais íntegros.

Relativamente aos casos investigados em 2019, relativos ao combate à corrupção, ressaltam-se os seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, manteve-se a continuidade de estratégias relativas ao combate à corrupção. Em 2019, o CCAC continuou a acompanhar, com persistência e firmeza e de forma pragmática, tal como anteriormente, os casos com grande impacto na sociedade de Macau e a efectuar investigações minuciosas. Depois da realização da respectiva investigação e do tratamento de vários casos relativos ao fornecimento de informações falsas na apresentação de pedidos da autorização de residência há dois anos, foram investigados e acompanhados, posteriormente, três casos semelhantes. Assim, em Julho de 2019, concluiu-se a investigação do caso criminal relativo ao ex-Presidente do Conselho de Administração, a um ex-vogal executivo, bem como ao ex-director-adjunto do Gabinete Jurídico e de Fixação de Residência do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau. Os indivíduos envolvidos terão cometido os crimes de corrupção passiva para acto ilícito, de falsificação de documento, de violação de segredo, de abuso de poder, entre outros, aquando da apreciação dos pedidos de “imigração por investimentos relevantes” e de “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados”. O caso já foi encaminhado para os órgãos judiciais após a conclusão da respectiva investigação. Para além disso, o CCAC investigou também uma série de casos de burla envolvendo diversos subsídios atribuídos pelo Governo, incluindo, nomeadamente, burla envolvendo subsídios atribuídos pelo Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética e pelo Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo.

Em segundo lugar, houve uma redução no tipo de crimes registados. Em 2019, além de dois casos relativos ao abuso de poder praticado por pessoal de direcção e chefia, os crimes relativos à falsificação de documento representaram uma grande proporção dos casos investigados, por outro lado, verificou-se uma relativa redução no número de casos envolvendo corrupção activa e passiva de forma directa.

No entanto, no que respeita às infracções legais e disciplinares cometidas por trabalhadores da função pública, registou-se um aumento no número de casos cometidos por agentes policiais. Em 2019, o CCAC tratou vários casos relativos a infracções disciplinares cometidas por agentes policiais, envolvendo principalmente entradas em casinos e crimes de burla, o que

場相關的違紀行為以及與詐騙相關的犯罪，有別於過往與賄賂等職務犯罪相關的特點。

其三是私營部門的案件主要集中於兩類，一類是社團在向政府申請資助中的詐騙問題，2019年有兩宗該類案件移送檢察院處理；另一類涉及大廈管理公司及管理委員會的問題，內容主要涉及管理費用開支及大廈維修工程等，其中部分案件本身其實只涉及大廈新舊管理公司與管理委員會之間在大廈管理上出現的民事糾紛，但當事人卻選擇以舉報犯罪的方式使廉政公署介入調查，案件最終作歸檔處理。須指出的是，此種舉報手法並不可取。

## 二、刑事舉報及立案簡介

2019年，廉政公署共接獲584宗投訴及舉報個案，其中，屬反貪範疇的有111宗。收案數字相比上一年度的733宗減少了149宗，下降20.3%。從下表可發現，除2017年為立法會選舉年，與選舉相關的投訴及求助查詢案件較多之外，近年接獲的投訴及舉報個案，以及屬反貪範疇案件的數目，均呈逐年遞減的趨勢。

difere do referido anteriormente no que respeita aos crimes funcionais, tal como a corrupção.

Em terceiro lugar, os casos registados no sector privado concentraram-se principalmente em dois tipos: o primeiro na burla praticada por associações nos pedidos de financiamento junto do Governo, em 2019, houve dois casos desse tipo que foram encaminhados para o tratamento devido pelo Ministério Público; e um segundo tipo envolvendo problemas relativos às empresas de gestão de condomínio e às comissões administrativas de condomínio, principalmente no que respeita aos gastos com as despesas de condomínio e às obras de reparação de condomínio, entre outros. Alguns destes casos envolviam apenas disputas civis relativas à gestão de condomínio entre novas e antigas empresas de gestão de condomínio e/ou comissões de gestão de condomínio, sendo que, nesses casos, as partes interessadas recorreram à intervenção e investigação do CCAC, tendo para o efeito denunciado a existência de crimes, porém, tal não se confirmou e esses casos vieram a ser alvo de arquivamento. É de notar que esta prática de denúncia não é desejável.

## II. Número de denúncias de natureza criminal e de processos instruídos

Em 2019, o CCAC recebeu um total de 584 queixas e denúncias, das quais 111 da área do combate à corrupção. Relativamente ao número de casos recebidos, registou-se uma descida de 149 casos quando comparado com os 733 casos do ano anterior, traduzindo-se numa descida de 20,3%. Pode-se observar no quadro seguinte que, com exceção do ano de 2017, o ano das eleições para a Assembleia Legislativa, em que se registaram mais queixas e pedidos de consulta e de informação relacionados com as eleições, verificou-se uma tendência de decréscimo progressivo de ano para ano, tanto no número de queixas e denúncias recebidas como no de casos da área do combate à corrupção nos últimos anos.

2015-2019年案件統計表

統計項目	2015	2016	2017	2018	2019
收案總數	793	910	1,264	733	584
反貪範疇處理案件數目	262	252	545	141	111
偵查終結案件數目	256	182	537	180	187

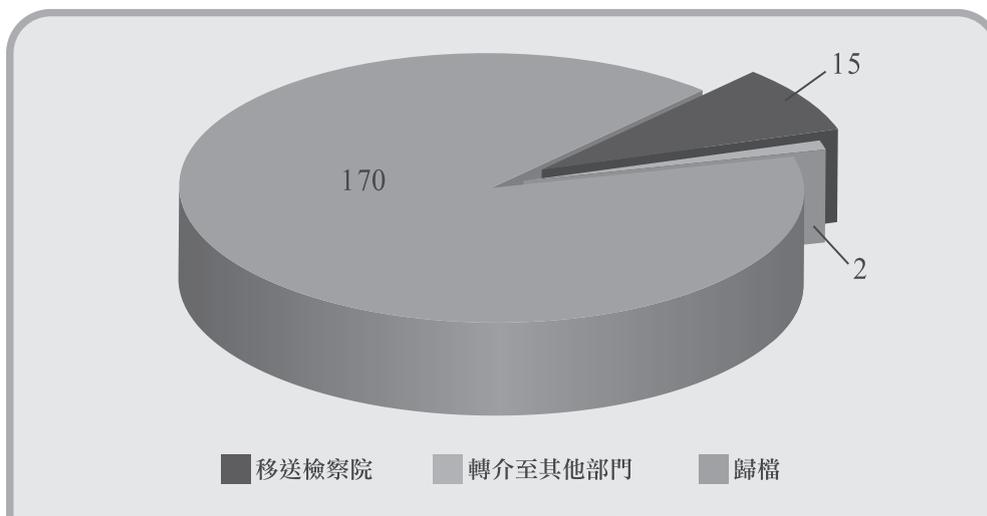
Estatística dos casos entre 2015 e 2019

Item	2015	2016	2017	2018	2019
Total dos casos recebidos	793	910	1.264	733	584
Número de casos tratados na área do combate à corrupção	262	252	545	141	111
Número de casos com a investigação concluída	256	182	537	180	187

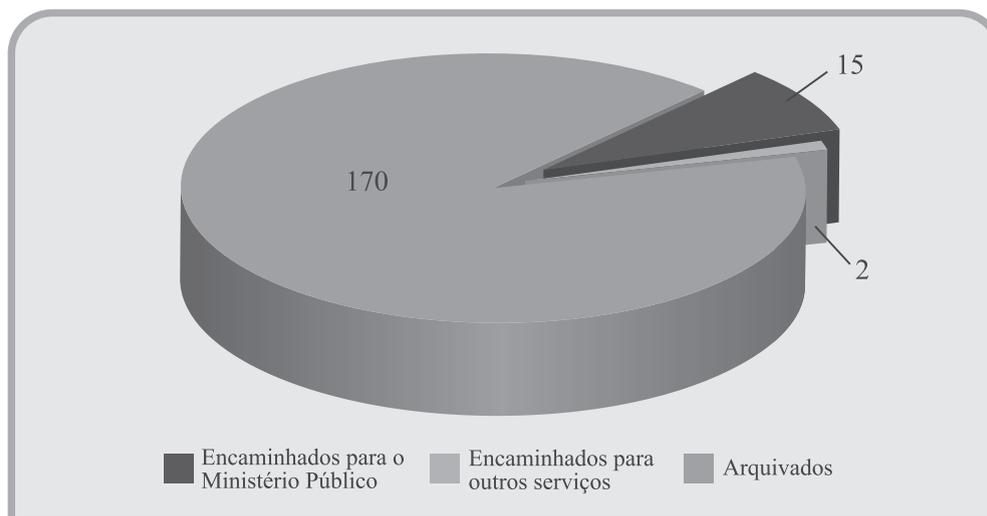
在2019年偵查終結的反貪案件中，有15宗已移送至檢察院開立刑事偵查卷宗，2宗轉介至其他部門，其餘170宗已作歸檔處理。

Em 2019, dos casos de combate à corrupção com a investigação concluída, 15 foram encaminhados para o Ministério Público para efeitos de instrução de processo penal, 2 encaminhados para outros serviços e os restantes 170 foram arquivados.

**2019年結案 (反貪範疇)**



**Casos concluídos em 2019 (área do combate à corrupção)**



**三、案件摘要**

**(一)**

2019年4月，廉政公署偵破治安警察局一名警司涉嫌偽造文件案。

經調查發現，該名警司向治安警察局申請兼職從事物理治療師，期間涉嫌向相關部門提交冒簽的證明書。該名警司聯同三名人士在為一間醫療中心向衛生局申請牌照續期時，提交載有不實內容的“聘書”、“工作人員名單”及“醫生診症時間表”等申請文件。

該名警司連同涉案人士涉嫌觸犯《刑法典》規定的偽造文件罪，案件已移送檢察院處理。

**III. Sumário de casos**

**(I)**

Em Abril de 2019, o CCAC resolveu um caso de suspeita de falsificação de documento praticado por um comissário do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP).

Na sequência da investigação realizada, descobriu-se que o referido comissário solicitou, junto do CPSP, autorização para exercício de actividade de fisioterapeuta em regime de acumulação de funções e que, durante aquele período, o mesmo teria apresentado certificados com assinaturas falsificadas junto dos serviços competentes. O referido comissário, juntamente com outros três indivíduos, para efeitos de solicitação da renovação de licença de um centro médico, apresentou diversos documentos cujo conteúdo se encontrava falsificado, nomeadamente o “convite de contratação”, a “lista de trabalhadores” e o “horário de prestação de consulta médica”.

O referido comissário e outros indivíduos envolvidos no caso foram considerados suspeitos da prática do crime de falsificação de documento previsto no Código Penal, tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público para efeitos de acompanhamento.

**(二)**

廉政公署反貪局接獲行政申訴局轉交的一宗某餐廳東主在申請環保與節能基金資助中涉嫌詐騙的個案，遂展開調查。

經調查發現，2012年至2016年期間，涉案的環保廚具供應商曾為至少七間商戶代辦手續，向環保與節能基金申請“環保、節能產品和設備資助計劃”的資助，並訛稱可免費替商戶申請及安裝環保節能產品，以作招徠，吸引商戶委託其代辦申請，隨後替商戶向環保與節能基金提交虛假文件，供應與申請不符的產品及誇大交易金額，藉此詐騙環保與節能基金資助款項。

涉案供應商涉嫌觸犯《刑法典》規定的詐騙罪及偽造文件罪，涉及的詐騙總金額超過澳門幣200萬元。案件於2019年6月偵查終結並移送檢察院處理。

**(三)**

廉政公署在調查多宗涉及申請居留許可的案件期間，發現有申請人涉嫌在申請臨時居留許可時提交載有不實內容的文件，懷疑其透過虛假文件取得本澳的居留資格，廉政公署遂另開獨立案卷展開調查。

經深入調查發現，澳門貿易投資促進局行政管理委員會前主席涉嫌勾結由一對商人夫婦與另外三人組成的犯罪團伙，並透過其配偶、女兒及內地情婦長期收受犯罪團伙首腦給予的不法利益，在審批由此團伙成員遞交的移民澳門申請時，提供不法協助，意圖或已經令該犯罪團伙代辦的居留許可申請成功獲批，涉嫌觸犯受賄作不法行為罪、偽造文件罪、違反保密罪，以及《財產及利益申報法律制度》中的資料不正確罪。

**(II)**

A Direcção dos Serviços contra a Corrupção do CCAC, por encaminhamento da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça, recebeu um caso de suspeita de burla no decorrer da solicitação de apoio financeiro ao Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética por parte de um dono de um restaurante, caso esse que deu início a uma investigação.

Na sequência da investigação efectuada, descobriu-se que, durante o período entre 2012 e 2016, um fornecedor de utensílios de cozinha ecológicos, em representação de, pelo menos, sete estabelecimentos, tratou de todas as formalidades necessárias para solicitar, junto do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, o apoio financeiro do “Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética”. O referido fornecedor alegava falsamente que podia ajudar gratuitamente os estabelecimentos nos procedimentos de solicitação e de instalação de produtos de conservação energética, a fim de atrair os estabelecimentos a tratar do respectivo procedimento recorrendo a esse fornecedor, sendo que este último apresentava posteriormente, e em representação dos estabelecimentos, documentos falsificados ao Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, fornecia produtos que não satisfaziam os requisitos constantes do pedido, bem como exagerava nos montantes envolvidos nas transacções, obtendo assim, de forma fraudulenta, apoios financeiros concedidos pelo referido Fundo.

O fornecedor envolvido no caso foi considerado suspeito da prática dos crimes de burla e de falsificação de documento previstos no Código Penal, e o valor total envolvido nessa burla foi de mais de dois milhões de patacas. A investigação do referido caso foi concluída em Junho de 2019, tendo o mesmo sido encaminhado para o Ministério Público para efeitos de acompanhamento.

**(III)**

No decorrer da investigação de vários casos relativos aos pedidos de autorização de residência, o CCAC descobriu que alguns requerentes eram suspeitos de apresentar documentos com conteúdo falso nos seus pedidos de autorização de residência temporária, sendo assim considerados elegíveis para residência em Macau através desses documentos falsos, pelo que o CCAC instaurou, posteriormente, processos separados para a investigação desses casos.

Após uma investigação aprofundada, o CCAC detectou que o ex-Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) se encontrava em conluio com um grupo criminoso composto por um casal comerciante e outros três indivíduos, recebendo, do líder do referido grupo, e durante um longo período de tempo, vantagens ilícitas através do seu cônjuge, filha e amante do Interior da China, prestando assim apoio ilegal aquando da apreciação dos pedidos relativos à imigração para Macau apresentados por membros do referido grupo, fazendo com que os pedidos de autorização de residência apresentados por aquele grupo criminoso pudessem ser aprovados com sucesso (ou apenas com essa intenção), tendo o referido ex-Presidente cometido os crimes de corrupção passiva para acto ilícito, de falsificação de documento, de violação de segredo, e o crime de inexactidão dos elementos previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.

調查同時發現，澳門貿易投資促進局一名原投資居留暨法律處經理，直接參與該團夥虛假移民申請的犯罪活動。此外，該局一名前執行委員涉嫌利用職權，為兩名“技術移民”申請人提供不法協助及透露部門內部機密訊息，意圖令申請人的個案順利獲得批准，涉嫌觸犯濫用職權罪及違反保密罪。

而上述團伙中的商人則因其對本澳公務員作出賄行為而被廉政公署指控觸犯行賄罪。另外，該名商人伙同團伙其他成員在本澳從事代辦“技術移民”及“重大投資移民”等居留許可申請，過程中透過將本身持有或實際操控的“空殼公司”以假轉股給申請人的方式，偽造公司的投資計劃或實際投資，以便在形式上符合“重大投資移民”的申請條件。該團伙並利用相關公司虛假聘用申請人作為公司的專業技術人員，以便符合“技術移民”的申請條件，並為此偽造申請人的工作經驗和發放工資紀錄。團伙透過該等手段令本來不符合審批條件的申請人取得本澳臨時居留許可，並向申請人收取巨額代辦費用，所涉金額超過澳門幣1,000萬元。犯罪團伙的成員涉嫌觸犯犯罪集團罪、偽造文件罪及使用偽造文件罪。與此同時，廉政公署亦對涉案的臨時居留許可申請人作出涉嫌觸犯偽造文件罪及使用偽造文件罪的指控。

案件於2019年7月偵查終結並移送檢察院。經檢察院建議，刑事起訴法庭法官批准對澳門貿易投資促進局前主席採取羈押的強制措施。

#### (四)

2019年7月，廉政公署偵破市政署一名主管及行政公職局一名工作人員涉嫌在法律行為中分享經濟利益、濫用職權，以及財產及利益申報不實的案件。

調查發現，該名市政署主管在處理格力犬事件的過程中涉嫌濫用職權，為其暗中持有股份的動物醫療中心謀取利益，使該中

No decorrer da investigação, constatou-se ainda que um ex-director-adjunto do Gabinete Jurídico e de Fixação de Residência do IPIM participou directamente nas actividades criminosas do referido grupo no que respeita aos “falsos” pedidos de imigração. A par disso, um ex-vogal executivo do IPIM terá aproveitado os seus poderes funcionais, prestando apoio ilegal a dois requerentes de “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados”, revelando informações confidenciais internas do serviço, para que os pedidos dos referidos requerentes pudessem ser facilmente aprovados, tendo aquele ex-vogal cometido os crimes de abuso de poder e de violação do segredo.

O comerciante do grupo acima referido terá subornado trabalhadores da função pública de Macau, pelo que foi acusado pelo CCAC de cometer o crime de corrupção activa. Além disso, aquele comerciante, em conluio com outros membros daquele grupo, providenciaram serviços de apresentação de pedidos de autorização de residência de “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados” e de “imigração por investimentos relevantes” a favor de outrem e, no processo de prestação dos referidos serviços, simularam a transmissão aos requerentes, de acções de “empresas fictícias” de que eram titulares ou que se encontravam sob o seu controlo efectivo, falsificando assim projectos de investimento e os investimentos efectivos das sociedades, procurando, deste modo, satisfazer formalmente os requisitos dos pedidos de “imigração por investimentos relevantes”. O referido grupo contratou ainda os requerentes, de forma simulada e recorrendo às respectivas empresas, como técnicos especializados, bem como falsificou os dados relativos à experiência profissional e aos registos de pagamento de salários dos requerentes, no sentido de reunir os requisitos necessários ao preenchimento dos respectivos pedidos de “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados”. Através desses meios, o referido grupo permitiu que os requerentes, que não reuniam os requisitos para aprovação da imigração, obtivessem uma autorização de residência temporária em Macau, cobrando, a título de “despesa para tratamento representativo de formalidades”, valores elevados aos requerentes, tendo o valor envolvido superado os 10 milhões de patacas. Os membros do referido grupo criminoso terão cometido os crimes de associação criminosa, de falsificação de documento e de uso de documento falso. Simultaneamente, o CCAC também promoveu a acusação contra os requerentes da fixação de residência temporária envolvidos, pela suspeita da prática dos crimes de falsificação de documento e de uso de documento falso.

O caso foi encaminhado para o Ministério Público em Julho de 2019 após a conclusão da respectiva investigação. Conforme a proposta do Ministério Público, o juiz de Instrução Criminal decretou a aplicação da medida de coacção de prisão preventiva contra o ex-Presidente do IPIM.

#### (IV)

Em Julho de 2019, o CCAC resolveu um caso suspeito de participação económica em negócio, de abuso de poder e de prestação de falsas declarações no preenchimento da declaração de bens patrimoniais e interesses praticado por uma chefia do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) e um trabalhador da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP).

No decorrer da investigação, constatou-se que a referida chefia do IAM terá praticado o crime de abuso de poder no

心獲得500多隻格力犬的醫療照顧及絕育手術合約。該名主管還涉嫌在未經署方同意下，指示下屬將署方的醫療設備借予該動物醫療中心使用。

廉政公署在偵查過程中發現，該名主管涉嫌多年來利用職權，指示下屬在採購物品及服務過程中，將其暗中持有股份的公司加入參與採購的名單之中，並使該公司成功獲得逾140次市政署的採購判給，涉及金額超過澳門幣1,000萬元。兩名公職人員及涉案商人涉嫌從中合共獲取澳門幣260多萬元的款項。調查中還發現，上述行政公職局人員及其配偶（另一部門的公職人員）在財產及利益申報時，故意作出不實申報。

涉案主管、公職人員以及案中商人等涉嫌觸犯《刑法典》規定的在法律行為中分享經濟利益罪、濫用職權罪以及《財產及利益申報法律制度》中的資料不正確罪。初級法院對案件作出有罪判決。（參見初級法院第CR2-19-0320-PCC號合議庭刑事案件的判決）

### (五)

2019年9月，廉政公署偵破一宗本澳某教育中心涉嫌詐騙教育暨青年局“持續進修發展計劃”資助的案件，案中並發現有現職司法警察局偵查員參與。

經調查發現，2016年期間，一名本澳教育中心負責人涉嫌聯同一名現職司法警察局偵查員及其他人士，哄騙及利誘未曾使用或尚未用畢“持續進修發展計劃”資助的市民，到涉案的教育中心辦理課程報讀手續，並承諾在收到政府資助後從中抽取約30%金錢利益作為不法回扣。教育中心負責人涉嫌利用電腦系統輸入虛假報讀資料，報讀的課程由教育中心自行選定，報讀者由始至終均沒有上課。

調查還發現，涉案的教育中心負責人聯同上述司法警察局偵查員開設虛構的課程，由該名偵查員擔任課程“導師”到課室“坐堂”待命，以備教育暨青年局巡查，期間不會有任何學員出

processo de acompanhamento do caso dos galgos, obtendo benefícios para um centro veterinário do qual era sócio de forma velada, fazendo com que o referido centro conseguisse os contratos de cuidados médicos e de esterilização relativos a mais de 500 galgos. A par disso, a chefia em questão terá dado, sem consentimento do IAM, ordem aos seus subordinados para emprestar equipamentos médicos daquele Instituto para uso do centro veterinário em causa.

No decorrer da investigação, o CCAC descobriu que aquela chefia, no processo de aquisição de bens e serviços, tirou partido, durante vários anos, dos seus poderes funcionais, dando ordem aos seus subordinados para incluir uma empresa, da qual era sócio de forma velada, na lista de fornecedores candidatos a prestação de bens e serviços, fazendo com que a referida empresa conseguisse, por mais de 140 vezes, adjudicações do IAM, envolvendo um montante superior a 10 milhões de patacas, enquanto os dois trabalhadores da função pública e o comerciante envolvidos terão obtido um montante total de mais de 2,6 milhões de patacas. Durante a investigação, foi descoberto também que o referido trabalhador dos SAFP e o seu cônjuge (trabalhador de outro serviço público) prestaram dolosamente falsas declarações no preenchimento da sua declaração de bens patrimoniais e interesses.

A referida chefia, os trabalhadores da função pública e o comerciante envolvidos terão praticado os crimes de participação económica em negócio e de abuso de poder previstos no Código Penal, e o crime de inexactidão dos elementos previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses. O Tribunal Judicial de Base proferiu sentença condenatória ao caso. (Vide o acórdão do processo penal comum colectivo n.º CR2-19-0320-PCC do Tribunal Judicial de Base)

### (V)

Em Setembro de 2019, o CCAC resolveu um caso suspeito de burla relativo a subsídios, atribuídos pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo. Descobriu-se ainda no decorrer da investigação do caso a participação de um investigador no activo da Polícia Judiciária.

Na sequência da investigação, constatou-se que, durante 2016, um responsável de um centro de educação de Macau, em conjunto com um investigador no activo da Polícia Judiciária e outros indivíduos, teriam enganado e aliciado alguns cidadãos que ainda não tinham utilizado ou acabado de utilizar os subsídios do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para se inscreverem nos cursos organizados pelo centro de educação em questão, prometendo que, após o recebimento dos subsídios do Governo, uma vantagem pecuniária, ilícita, de cerca de 30% dos subsídios recebidos, ser-lhes-ia entregue. O responsável do centro de educação, alegadamente, introduziu informaticamente informações de inscrição falsas em alguns cursos seleccionados por aquele centro de educação e, para além disso, todos aqueles indivíduos inscritos nos cursos nunca chegaram a frequentar as aulas.

Descobriu-se ainda na investigação que o responsável do centro de educação envolvido no caso, em conjunto com o referido investigador da Polícia Judiciária, organizaram cursos fictícios, tendo este último exercido funções de “formador” desses cursos, estando sempre presente na sala de aula de forma a estar preparado para qualquer eventual inspecção da DSEJ. Durante o período das aulas, nunca estava presente nenhum

席而僅有“導師”在場，負責人會將載有不實的學員簽到紀錄並由該“導師”簽署確認的出席表提交予教育暨青年局審查。此外，中心透過電腦系統將虛假的學員完成課程紀錄提交予教育暨青年局。透過上述不法手段，嫌犯共同成功詐騙教育暨青年局合共超過澳門幣54萬元的“持續進修發展計劃”資助。

至2018年，該名教育中心負責人又聯同其他人士利用金錢利誘長者到其名下另一間教育中心報讀課程，並透過電腦系統變更學員報讀的課程名稱等資料，成功詐騙教育暨青年局的資助總金額超過澳門幣14萬元。

上述人士的行為涉嫌觸犯多項《刑法典》規定的詐騙罪、偽造文件罪及使用偽造文件罪，以及第11/2009號法律《打擊電腦犯罪法》規定的電腦偽造罪，案件已移送檢察院處理。

## (六)

廉政公署接獲本澳某博彩企業舉報，指有員工涉嫌在沒有就診的情況下，直接以金錢購買病假證明書以向公司申請病假，有關病假證明書均是由本澳一間診所的某位醫生簽發。

經調查發現，多名在該博企旗下某部門任職的員工，於2017年1月至10月期間向公司呈交由本澳某西醫發出的病假證明書，以此向公司申請病假。然而，實際上有關員工當時並沒有就診，部份員工在聲稱求診當日卻身在境外。經有關西醫確認，病假證明書上的醫生簽署屬他人冒簽，有關病假證明書全屬虛假。經調查發現，有關員工涉嫌以每張澳門幣50元的價格向他人購入虛假的病假證明書，以向公司申請病假。大部份的虛假病假證明書均是從一名本地中醫處購得。

上述人士的行為涉嫌觸犯多項《刑法典》規定的使用偽造文件罪，案件已於2019年12月移送檢察院處理。

formando, estando presente só o “formador”. O responsável do centro de educação apresentava posteriormente à DSEJ as listas de presenças onde constavam as assinaturas falsificadas dos formandos, confirmadas por aquele “formador” para efeitos de verificação por parte da DSEJ. Além disso, o centro apresentou, através do sistema informático, à DSEJ, registos falsos da conclusão dos cursos pelos formandos. Recorrendo aos meios ilícitos acima referidos, os arguidos conseguiram, em conjunto, obter de forma fraudulenta subsídios do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo atribuídos pela DSEJ num valor total superior a 540 mil patacas.

Em 2018, o mesmo responsável do centro de educação, em conjunto com outros indivíduos, aliciaram novamente alguns idosos, com dinheiro, para se inscreverem nos cursos ministrados por outro centro de educação registado também em seu nome e, através da alteração de diversas informações tais como as designações dos cursos em que os formandos se inscreveram no sistema informático, conseguiu obter, de forma fraudulenta, subsídios atribuídos pela DSEJ num valor total superior a 140 mil patacas.

Os referidos indivíduos foram considerados suspeitos da prática dos vários crimes de burla, de falsificação de documento e de uso de documento falso previstos no Código Penal, bem como o crime de falsificação informática previsto na Lei n.º 11/2009 (Lei de combate à criminalidade informática), tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público.

## (VI)

O CCAC recebeu uma denúncia de uma operadora de jogo de Macau, na qual se referia que alguns dos seus trabalhadores teriam comprado, com dinheiro, atestados médicos, sem sequer se terem sujeito a consultas médicas, para os apresentar posteriormente à empresa como forma de justificar a sua ausência por doença, sendo que todos os atestados médicos em causa teriam sido emitidos por um determinado médico de uma clínica de Macau.

Na sequência da respectiva investigação, descobriu-se que vários trabalhadores que exerciam funções num departamento daquela operadora de jogo apresentaram atestados médicos, emitidos por um médico de Macau, no período compreendido entre Janeiro e Outubro de 2017 para justificar, junto da empresa, a sua ausência por doença. No entanto, na realidade, os referidos trabalhadores não se submeteram a qualquer consulta médica na altura indicada, estando mesmo alguns deles fora de Macau no dia em que declararam ter tido consultas médicas. Veio posteriormente a verificar-se junto do médico em questão que, alegadamente, a sua assinatura nos referidos atestados médicos teria sido falsificada, não sendo da sua autoria, e assim sendo, todos aqueles atestados médicos eram falsos. Na sequência da investigação, descobriu-se que os referidos trabalhadores teriam pago a outra pessoa, por cada atestado, um preço de 50 patacas para comprar os atestados médicos falsos por forma a justificar a sua ausência por doença junto da empresa, sendo que, a maioria destes atestados médicos falsos terão sido comprados a um médico de medicina tradicional chinesa local.

Os referidos indivíduos foram considerados suspeitos da prática de vários crimes de uso de documento falso previstos no Código Penal, tendo os respectivos casos sido encaminhados para o Ministério Público em Dezembro de 2019.

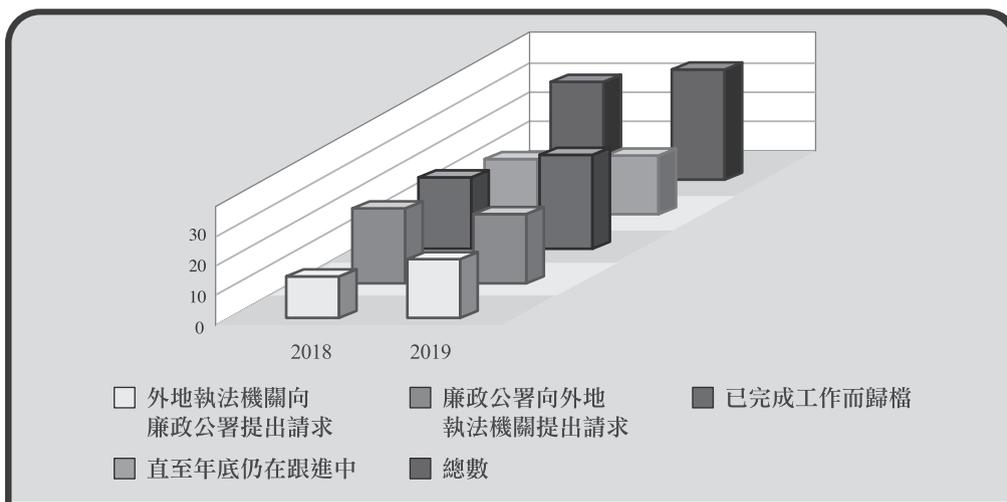
#### 四、跨境案件協查

在個案協查方面，2019年全年合共處理29宗個案，包括16宗外地請求廉政公署協查案件及13宗廉政公署向外地請求協查案件。全年已完成協查工作並已歸檔的個案合共18宗，其餘11宗個案仍在跟進中。

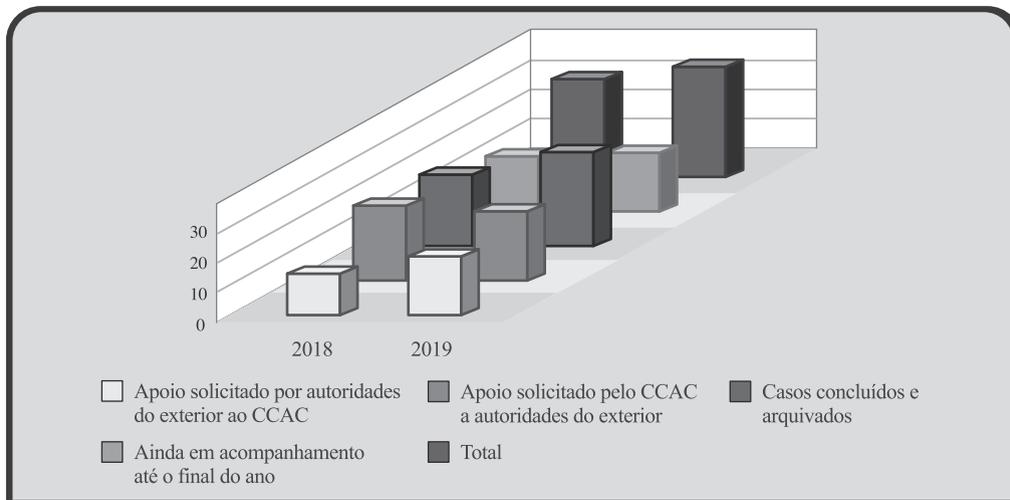
#### IV. Cooperação transfronteira

No âmbito da cooperação na investigação de casos, foram tratados um total de 29 casos em 2019, incluindo 16 casos de apoio solicitado por autoridades do exterior ao CCAC e 13 casos de apoio solicitado pelo CCAC a autoridades do exterior, tendo sido concluídos e arquivados um total de 18 casos de cooperação no decorrer do referido ano, continuando os restantes 11 casos a ser alvo de acompanhamento.

2018年及2019年協查案件統計數字



Estadística de casos de apoio à investigação em 2018 e 2019



統計數據顯示，2019年來自內地的協查請求較往年增加，主要原因是內地監察制度的改革已初步完成，廉政公署與國家監察委員會的合作逐步回到正軌。廉政公署提出的協查請求較往年輕微減少；此外，多方的協同運作在2019年的下半年亦有提高和完善。

Segundo os dados estatísticos, registou-se uma subida no número de pedidos de cooperação provenientes do Interior da China em relação ao ano anterior, sendo que a razão para esta subida reside na conclusão preliminar da reforma do sistema de supervisão no Interior da China, voltando gradualmente à normalidade a cooperação entre o CCAC e a Comissão Nacional de Supervisão. Registou-se também uma ligeira descida no número de casos de apoio solicitado pelo CCAC em relação ao ano anterior. Para além disso, verificou-se um aumento e aperfeiçoamento no funcionamento concertado entre as diversas partes envolvidas no segundo semestre de 2019.

### 1. 境外執法機關請求廉政公署協查的案件

2019年廉政公署與國家監察委員會及香港廉政公署維持緊密的合作，外地對口部門請求廉政公署協查案件較去年增加，2019年共有16宗，其中9宗來自國家監察委員會，7宗為香港廉政公署作出的請求，現時已處理11宗協查個案，另有5宗仍在跟進中。

### 2. 廉政公署請求境外執法機關協查的案件

2019年廉政公署請求外地協查的案件較去年略為減少，合共13宗，其中向內地執法機關及香港廉政公署請求協查的個案分別為6宗及7宗，當中的7宗請求協查個案已完成，另有6宗仍在跟進中。

### 3. 粵港澳個案協查的合作與交流

由粵港澳三地合作輪流舉辦了十三屆的粵港澳三地協查工作座談會，澳門廉政公署一直積極參與其中，在良好溝通氛圍的帶動下，三地在個案上的合作協查機制一直運作順暢。廉政公署於2019年先後接待了到訪的國家監察委員會，以及北京、內蒙古、甘肅、遼寧、福建、山東、安徽等省市監察委員會的代表，持續跟進案件的協查工作；此外，跟香港廉政公署在協查工作上亦繼續保持緊密的合作與交流。

## 五、法院判決

根據初級法院公佈的數字，於2019年審理了合共21宗由廉政公署偵辦的刑事案件，當中涉及嫌犯合共33人；其中有13宗已轉為確定判決，尚有部分案件仍處於上訴階段。

經對13宗判決已轉為確定的案件進行分析整理，廉政公署分別以偽造文件罪、相當巨額詐騙罪、公務上之侵占罪、行賄罪、詐騙罪、濫用職權罪等提出指控的刑事案件中，其中9宗獲初級法院以相同罪名定罪並判刑。

其餘4宗在上訴至中級法院後，1宗獲初級法院同樣以相同罪名定罪判刑，中級法院維持原判；1宗獲初級法院同樣以相同罪

### 1. Apoio solicitado por autoridades do exterior ao CCAC no âmbito da cooperação transfronteiriça

Em 2019, manteve-se uma cooperação estreita entre o CCAC, a Comissão Nacional de Supervisão e a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong. Verificou-se uma subida no número de casos de apoio à investigação solicitados ao CCAC pelas autoridades homólogas do exterior em relação ao ano anterior, registando-se um total de 16 casos em 2019. Destes 16 casos, 9 corresponderam a solicitações realizadas ao CCAC pela Comissão Nacional de Supervisão e 7 pelo ICAC de Hong Kong, sendo que de entre estes casos, 11 foram dados como findos e 5 continuam a ser alvo de acompanhamento.

### 2. Apoio solicitado pelo CCAC a autoridades do exterior no âmbito da cooperação transfronteiriça

Em 2019, verificou-se uma ligeira descida no número de casos de apoio à investigação solicitados pelo CCAC a autoridades do exterior, registando-se um total de 13 casos. Destes, 6 foram solicitações de apoio à investigação dirigidas às autoridades do Interior da China e 7 ao ICAC de Hong Kong. Do total de casos, 7 foram dados como findos e 6 continuam a ser alvo de acompanhamento.

### 3. Cooperação e intercâmbio no âmbito de apoio à investigação de casos entre Guangdong, Hong Kong e Macau

Foram realizadas 13 edições do Colóquio sobre Cooperação na Investigação de Casos entre Guangdong, Hong Kong e Macau, sendo este um encontro organizado de forma rotativa entre as três regiões, no qual o CCAC de Macau tem participado sempre de forma empenhada. A atmosfera positiva de comunicação do evento tem contribuído para o bom funcionamento do mecanismo de apoio à investigação de casos entre as três regiões. Em 2019, foram recebidas, pelo CCAC, as visitas dos representantes da Comissão Nacional de Supervisão, bem como das Comissões de Supervisão de diversas províncias e municípios, nomeadamente de Pequim, Mongólia Interior, Gansu, Liaoning, Fujian, Shandong e Anhui, tendo os trabalhos desenvolvidos nos casos de apoio à investigação sido alvo de acompanhamento contínuo. Para além disso, a cooperação estreita e o intercâmbio com o ICAC de Hong Kong também continuaram a desenvolver-se nos trabalhos de apoio à investigação.

## V. Sentenças judiciais

Segundo os dados divulgados pelo Tribunal Judicial de Base, um total de 21 processos criminais investigados pelo CCAC foram julgados em 2019, envolvendo um total de 33 arguidos, sendo que as sentenças de 13 destes processos já transitaram em julgado, enquanto alguns ainda se encontram em fase de recurso.

Após uma análise e síntese dos 13 casos julgados, dos processos criminais em que o CCAC imputou, respectivamente, crimes de falsificação de documento, de burla de valor consideravelmente elevado, de peculato, de corrupção activa, de burla e de abuso de poder, entre outros, 9 resultaram em sentenças condenatórias e respectiva determinação de pena por parte do Tribunal Judicial de Base pela prática dos mesmos crimes.

Relativamente aos restantes 4 processos, após recurso para o Tribunal de Segunda Instância, um processo em que o Tribunal Judicial de Base condenou e determinou pena pelos

名定罪判刑，中級法院僅改判刑罰；1宗廉政公署以受賄作不法行為罪及行賄罪提出指控的刑事案件，被初級法院開釋受賄作不法行為罪，而中級法院改判此犯罪成立；1宗廉政公署以偽造文件罪及詐騙罪提出指控的刑事案件，被初級法院開釋詐騙罪，獲檢察院支持並向中級法院提起上訴後發回重審，最終成功改判二罪並罰及判刑。

## 六、財產及利益申報工作

財產及利益申報制度自1998年實施以來，已經歷二十一載，先後經過兩次重大修改，優化相關法律條文，使現行的財產及利益申報制度與時俱進，更切合社會需求，為配合和落實建設陽光政府的施政理念發揮積極作用。

為使財產及利益申報工作順利執行，廉政公署與各部門及機關持續保持良好的溝通及協調，以不斷優化相關的工作流程。值得指出的是，自財產及利益申報制度實施以來，不論是申報人或是其配偶或與其有事實婚關係者，均能配合廉政公署的相關工作，依法履行申報義務。事實上，至今尚未出現因無理欠交申報書而需作出處罰的個案。

過去一年，廉政公署偵破兩宗涉嫌觸犯《財產及利益申報法律制度》規定的資料不正確罪的案件，已移送檢察院處理，初級法院已對其中一宗案件作出有罪判決。

2019年，財產及利益申報工作執行順利，全年共接收14,175人次提交的申報書，詳細列表如下：

**2019年提交財產及利益申報書人數統計表**

提交申報書原因	人數
開始擔任職務	2,301
職務變動	4,416

crimes já imputados pelo CCAC, sendo essa decisão mantida pelo Tribunal de Segunda Instância; um processo em que o Tribunal Judicial de Base condenou e determinou pena pelo crime já imputado pelo CCAC, tendo o Tribunal de Segunda Instância alterado somente a pena; um processo criminal em que o CCAC imputou crimes de corrupção passiva para acto ilícito e de corrupção activa, viu o crime de corrupção passiva para acto ilícito ser alvo de absolvição pelo Tribunal Judicial de Base, tendo o Tribunal de Segunda Instância vindo a considerar procedente a acusação por este crime; um processo criminal, em que o CCAC imputou crimes de falsificação de documento e de burla, viu o crime de burla ser alvo de absolvição pelo Tribunal Judicial de Base, no entanto, sustentado pelo Ministério Público, foi interposto recurso junto do Tribunal de Segunda Instância, sendo reenviado o processo para novo julgamento e resultando finalmente numa sentença condenatória com determinação de pena pelos dois crimes em concurso real.

## VI. Trabalho relativo à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses

Desde a sua entrada em vigor em 1998, decorreram 21 anos sobre o regime da declaração de bens patrimoniais e interesses. Duas revisões significativas foram realizadas ao longo dos anos para o aperfeiçoamento dos respectivos articulados legais, fazendo com que o regime actual da declaração de bens patrimoniais e interesses acompanhe a evolução dos tempos e responda melhor às necessidades da sociedade, desempenhando um papel activo na articulação e implementação da ideologia de governação e da construção de um Governo transparente.

Para assegurar que os trabalhos relativos à declaração de bens patrimoniais e interesses sejam bem sucedidos, o CCAC tem mantido uma boa comunicação e coordenação com os serviços e entidades públicos, com vista a um constante aperfeiçoamento dos procedimentos dos respectivos trabalhos. É de salientar que desde a implementação do regime da declaração de bens patrimoniais e interesses, tanto os declarantes como os seus cônjuges ou unidos de facto têm vindo a colaborar com os respectivos trabalhos do CCAC, cumprindo o dever de apresentação da declaração nos termos da lei. Na realidade, não se verificou, até agora, nenhum caso em que se tivesse que aplicar uma pena pela falta de entrega da declaração sem justificação.

No ano passado, o CCAC resolveu dois casos envolvendo a alegada prática do crime de inexactidão dos elementos previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público. A respectiva sentença condenatória foi proferida pelo Tribunal Judicial de Base num destes casos.

Em 2019, os trabalhos relativos à declaração de bens patrimoniais e interesses foram bem sucedidos, tendo sido recebidas, no ano em análise, um total de 14.175 declarações. Apresentam-se de seguida os respectivos dados estatísticos:

**Mapa estatístico relativo à apresentação da declaração de bens patrimoniais e interesses em 2019**

Motivo da apresentação da declaração	Número de pessoas
Início de funções	2.301
Alteração de funções	4.416

提交申報書原因	人數
終止職務	1,785
五年更新	3,453
隨配偶更新	511
履行提供資料義務	1,462
自願更新	247
<b>總數</b>	<b>14,175</b>

Motivo da apresentação da declaração	Número de pessoas
Cessação de funções	1.785
Actualização quinquenal	3.453
Actualização em razão do cônjuge	511
Cumprimento do dever de prestação de informações	1.462
Actualização voluntária	247
<b>Total</b>	<b>14.175</b>

為配合特區政府向電子政務方面發展，廉政公署在工作流程及設備上均不斷作出優化及更新。由廉政公署研發的“財產及利益申報通知書處理系統”運作至今已逾五年，使用者由早期的40多個與廉政公署常有公函往來的部門，增加至現在接近60個部門，成效顯著。

除了處理日常大量接收申報書的工作，廉政公署持續進行《財產及利益申報法律制度》的宣傳及推廣工作，包括提供印刷版和網上電子版的填寫指引及填寫示範、拍攝及製作宣傳短片等；此外，於2019年，應澳門保安部隊機關的邀請，廉政公署共舉行了三場財產及利益申報專題講解會，出席總人數超過400人。透過專題講座，使新入職的公職人員對相關制度有正確和深入的了解，重要的是讓他們認識正確填寫申報書的方法以及相關的法律責任，從而促進有關法例的有效執行。

### 第三部分 行政申訴

#### 一、概述

2019年，廉政公署本着一以貫之的精神，嚴格依法履行行政申訴職責，監察各公共部門及實體是否依法和恰當行使職權，檢視相關部門的行政程序，並就調查中發現的問題向部門作出說明及提出改善建議，以維護市民的合法權益及促使部門依法行政，提升工作效率和透明度。

Em harmonia com o desenvolvimento do Governo Electrónico promovido pelo Governo da RAEM, também o CCAC tem aperfeiçoado os procedimentos de trabalho e renovado os respectivos equipamentos. O *software* relativo ao “sistema de processamento das notificações da declaração de bens patrimoniais e interesses”, concebido e desenvolvido pelo CCAC, entrou em funcionamento já há mais de 5 anos, tendo o número dos serviços utilizadores, com os quais o CCAC tem expediente frequente, registado um crescimento, passando de mais de 40 numa fase inicial para quase 60 serviços actualmente, alcançando-se assim um resultado significativo.

Para além de tratar de um grande volume de trabalho quotidiano face à recepção das declarações, o CCAC prosseguiu na realização de acções de divulgação e promoção do Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, nomeadamente na disponibilização das orientações e de exemplos para o preenchimento da declaração, em suporte de papel e electronicamente através da *Internet*, e na filmagem e produção de vídeos promocionais sobre esta temática. Para além disso, em 2019, em resposta a pedidos das Forças de Segurança de Macau, o CCAC realizou três sessões de esclarecimento sobre a declaração de bens patrimoniais e interesses, contando com a presença de mais de 400 pessoas. Os trabalhadores da função pública recentemente recrutados, através da realização de sessões de esclarecimento, adquirem um conhecimento correcto e profundo sobre o respectivo regime, sendo de grande relevância o facto de as sessões lhes permitirem conhecer a forma correcta de preenchimento da declaração e as respectivas responsabilidades legais, contribuindo assim para uma execução eficaz da respectiva legislação.

### SECÇÃO III PROVEDORIA DE JUSTIÇA

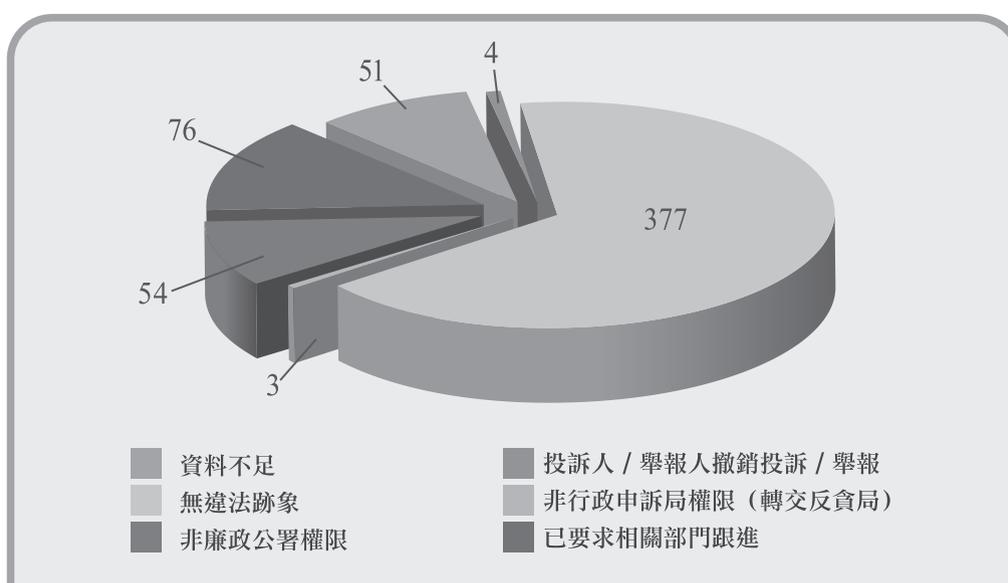
#### I. Introdução

Em 2019, o CCAC, com um espírito consistente, exerceu rigorosamente as atribuições da provedoria de justiça de acordo com a lei, fiscalizando os diferentes serviços públicos e entidades no sentido de averiguar se os mesmos exerceram as suas competências de acordo com a lei e de forma adequada e supervisionando os procedimentos administrativos dos referidos serviços. Em relação aos problemas encontrados aquando da realização de investigações, o CCAC emitiu esclarecimentos e apresentou propostas de melhoramento aos serviços, com vista a defender os direitos e interesses legítimos dos cidadãos e assegurar que os serviços públicos administrem de acordo com a lei, elevando assim a eficiência e a transparência do seu trabalho.

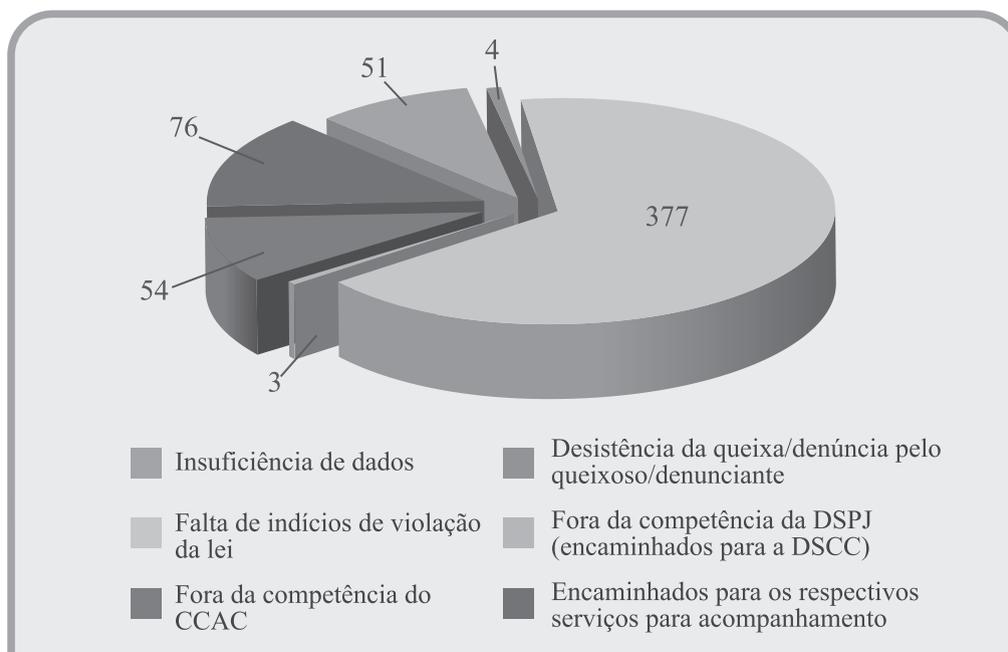
截至2019年年底，行政申訴範疇開立個案共473宗，連同上年年度轉入的案件，共結案565宗，其中，行政申訴局已要求相關部門跟進的案件共76宗，而在合共489宗的歸檔案件中，因資料不足而歸檔的有51宗，因投訴人/舉報人撤銷投訴/舉報而歸檔的有4宗，在調查後發現無違法跡象而歸檔的有377宗，轉交反貪局繼續跟進的有3宗，以及非廉政公署權限的有54宗。

Até finais de 2019, foram abertos 473 processos na área da provedoria de justiça, juntando-se a estes os processos transferidos do ano transacto, do total, foi concluída a investigação de 565 casos. Destes, os casos em relação aos quais a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça solicitou acompanhamento por parte dos respectivos serviços foram 76. De entre os 489 casos arquivados, 51 foram-no devido à insuficiência de dados, 4 foram-no devido à desistência da queixa/denúncia por parte do queixoso/denunciante, 377 foram-no devido à falta de indícios de violação da lei na sequência das respectivas investigações, 3 foram encaminhados para a Direcção dos Serviços contra a Corrupção para efeitos de acompanhamento e 54 estavam fora do âmbito de competência do CCAC.

2019年結案 (行政申訴範疇)



Casos concluídos em 2019 (área da provedoria de justiça)



廉政公署於2019年公佈了數項行政申訴範疇的專案調查結果，包括《關於推薦家屬進入檢察長辦公室工作之調查》、《有關青洲山地段的調查》、《中葡經貿論壇輔助辦公室聘請內地翻譯人員的調查》，以及《有關對政策研究和區域發展局局長舉報的調查》，雖然上述調查針對的具體事宜及分析結論有所不同，但均揭示公共部門在處理政務時仍存在各種各樣未有嚴格遵從法律及不盡完善之處，各公共部門應引以為鑑。

此外，歸納2019年度及以往處理的調查個案，廉政公署發現市民利用匿名方式舉報不實事實的個案有上升的趨勢。一直以來，無論市民是以實名或匿名方式提出舉報，廉政公署均會以同一態度作出跟進，不會因為屬匿名舉報而在處理時有所怠慢。然而，在深入調查後，廉政公署發現部分匿名舉報所反映的情況並非屬實，甚至有跡象顯示有人試圖利用這些舉報來達到打擊他人的目的。因應此種情況，廉政公署一方面會運用具針對性的部署避免舉報機制被濫用，另一方面亦會透過不同渠道加強宣傳，引導市民正確利用舉報機制。

## 二、專案調查

### (一) 關於推薦家屬進入檢察長辦公室工作之調查

2016年12月，廉政公署收到多個團體的投訴信，因此根據第10/2000號法律《澳門特別行政區廉政公署組織法》的規定，依法對投訴內容進行了調查。

經查證，於1999年回歸前，前檢察長曾接納當時一名官員的電話推薦，自1999年11月19日起，以個人勞動合同的方式聘請其弟弟進入檢察長籌備辦公室工作。2000年1月12日，轉以編制外合同聘請此名人員擔任第三職階特級助理技術員，薪俸點為380點。

2008年7月15日，前檢察長又曾接納另一名官員的電話推薦，

O CCAC divulgou, em 2019, o resultado de alguns inquéritos realizados na área da provedoria de justiça, incluindo os relativos à “Investigação sobre a recomendação de familiares para ingressar no Gabinete do Procurador”, à “Investigação sobre o terreno da Colina da Ilha Verde”, à “Investigação sobre o caso da contratação de intérpretes-tradutores do Interior da China pelo Gabinete de Apoio do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e à “Investigação sobre a denúncia relativa ao director dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional”. Não obstante serem diferentes os assuntos concretos objecto das investigações e as análises conclusivas nos referidos casos investigados, é de sublinhar que, de uma forma geral, foi revelado que existem ainda várias circunstâncias em que os serviços públicos, ao lidarem com assuntos administrativos, não cumpriram rigorosamente a lei e actuaram com imperfeições, devendo, por conseguinte, todos os serviços públicos aprender com esses factos, tomando-os como referência.

Por outro lado, compilando os casos investigados e tratados em 2019 e no passado, o CCAC deparou-se com uma tendência de subida do número de casos em que os cidadãos apresentam denúncias anónimas sobre factos não verídicos. Em relação às denúncias apresentadas pelos cidadãos, independentemente de serem identificadas ou anónimas, o CCAC tem vindo sempre a acompanhá-las com a mesma atitude e nunca actuou com inércia no seu acompanhamento só por estar perante uma denúncia anónima. No entanto, após as respectivas aprofundadas investigações levadas a cabo pelo CCAC, descobriu-se que as situações relatadas em algumas denúncias não correspondiam à verdade, sendo que em determinados casos existiam ainda indícios de que alguns indivíduos actuaram simplesmente com o intuito de atingir o objectivo de prejudicar outras pessoas através dessas denúncias. Em resposta a essas situações, o CCAC irá, por um lado, aplicar um plano especial, vocacionado para prevenir que o mecanismo de apresentação de denúncias seja utilizado de forma abusiva e, por outro, irá também orientar os cidadãos no sentido de aproveitarem adequadamente o mecanismo de apresentação de denúncias através da intensificação das acções de divulgação mediante diversos meios.

## II. Inquéritos

### (1) Investigação sobre a recomendação de familiares para ingressar no Gabinete do Procurador

Em Dezembro de 2016, tendo recebido queixas de diversas associações, o CCAC procedeu à investigação dessas queixas nos termos da Lei n.º 10/2000 (Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau).

Após investigação, apurou-se que, em 1999, antes da transferência de soberania, o ex-Procurador tinha aceiteado uma recomendação feita, através de telefone, por um titular de cargo público da altura e, a partir de 19 de Novembro de 1999, o irmão mais novo daquele titular de cargo público, contratado em regime de contrato individual de trabalho, começou a trabalhar no Gabinete Preparatório do Procurador. Em 12 de Janeiro de 2000, o referido trabalhador passou a ser contratado em regime de contrato além do quadro, como técnico auxiliar especialista, 3.º escalão, com índice 380.

Em 15 de Julho de 2008, o ex-Procurador aceitou também uma recomendação feita, através de telefone, por um outro

以編制外合同聘請後者的姐姐擔任檢察長辦公室第二職階一等技術輔導員，薪俸點為320點。

根據第13/1999號行政法規《檢察長辦公室組織與運作》第19條規定，檢察長可自由任命符合法規所列的工作人員，尤其是在1999年及2008年當時，有關中央招聘的法律制度尚未建立，因此檢察長辦公室的有關聘用並未有明顯違反法律。

然而，廉政公署一直認為主要官員應防止利益衝突，不得直接或間接利用官方地位牟取個人利益，而擔任領導官職者應堅守其個人行為不會對澳門特別行政區或所服務的部門或實體的形象造成負面的影響，這些行政理念及職業道德後來在第24/2010號行政法規《澳門特別行政區主要官員通則》第5條，以及第15/2009號法律《領導及主管人員通則的基本規定》第11條規定中亦得以具體條文予以落實。

因此，廉政公署認為，作為時任檢察長、候任行政法務司司長及時任個人資料保護辦公室主任，作出有關推薦及聘請行為時，儘管上述法規仍未存在，但並不妨礙彼等有注意及履行《澳門公共行政工作人員通則》中規定公務人員在執行職務時應遵守的無私義務。

鑒於推薦入職的做法不符合市民對公平、公開招聘公職人員的期望，勢必對特區政府的形象造成負面影響，因此廉政公署已建議特區政府嚴格督促各級官員遵守法律規定，特別是在履行公職時要防止利益衝突，不得直接或間接利用官方地位牟取個人利益，避免其個人行為對特區或部門的形象造成負面影響，尤其應在官員的行為操守及公職的招聘方式的層面上作出更加嚴謹的紀律要求。

## (二) 有關青洲山地段的調查

廉政公署在2018年收到社團的投訴，指青洲山的土地（物業標示編號為2506）的業權、劃定範圍及計算面積的過程存有問

titular de cargo público, sendo que a irmã mais velha deste último veio a ser contratada em regime de contrato além do quadro como adjunto-técnico de 1.ª classe, 2.º escalão no Gabinete do Procurador, com índice 320.

Nos termos do artigo 19.º do Regulamento Administrativo n.º 13/1999 (Organização e Funcionamento do Gabinete do Procurador), o Procurador pode nomear livremente o pessoal que se encontre em conformidade com o elenco constante do Regulamento, particularmente em 1999 e 2008, quando o regime jurídico relativo ao recrutamento centralizado não se encontrava ainda estabelecido. Nestes termos, as contratações do pessoal em questão efectuadas pelo Gabinete do Procurador não violaram manifestamente a lei.

No entanto, o CCAC tem considerado que os titulares dos principais cargos devem actuar de forma a evitar conflitos de interesses, abstendo-se do aproveitamento, directo ou indirecto, do estatuto oficial, para privilegiar interesses pessoais e, para além disso, os indivíduos investidos em cargos de direcção devem pautar a sua conduta pessoal por forma a que a mesma não afecte negativamente a imagem da RAEM ou do serviço ou entidade que servem, tendo vindo esta filosofia administrativa e deontologia profissional a ser plasmada, posteriormente, nas disposições específicas do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 24/2010 (Estatuto dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau) e o artigo 11.º da Lei n.º 15/2009 (Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia).

Nestes termos, o CCAC considera que, enquanto o então Procurador, a Secretária para a Administração e Justiça, à data indigitada, e a então Coordenadora do Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais, incorreram na prática dos referidos actos de recomendação e contratação, e ainda que os referidos diplomas legais ainda não existissem, tal não obstará a que deveriam estar atentos e cumprir o dever de isenção a que os trabalhadores dos serviços públicos se encontram sujeitos aquando do desempenho das suas funções, tal como previsto no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau.

Tendo em conta que as práticas de recomendação para ingresso na função pública não estão em conformidade com as expectativas dos cidadãos em relação a um recrutamento justo e transparente de pessoal para a administração pública, implicando inevitavelmente um impacto negativo na imagem do Governo da RAEM, o CCAC sugeriu ao Governo da RAEM que supervisionasse rigorosamente o cumprimento das disposições da lei por parte dos titulares de cargos públicos de vários níveis hierárquicos, especialmente no sentido de evitar conflitos de interesses no desempenho de funções públicas, e da abstenção do aproveitamento, directo ou indirecto, do estatuto oficial para privilegiar interesses pessoais, evitando assim que as condutas pessoais afectem negativamente a imagem da RAEM ou dos serviços públicos, devendo ter, em particular, um grau de exigência ainda mais rigoroso no controlo da disciplina ao nível da conduta ética dos titulares de cargos públicos e da forma de recrutamento de pessoal para a administração pública.

## (2) Investigação sobre o terreno da Colina da Ilha Verde

O CCAC recebeu, em 2018, várias queixas de associações, nas quais se referia que existiam dúvidas relativamente aos procedimentos sobre o direito de propriedade do terreno da

題，而且保育不力、規劃不周，要求廉政公署介入調查。

廉政專員根據第10/2000號法律《廉政公署組織法》的規定，批示對此事展開調查。廉政公署經調查後認為，沒有足夠的跡象或證據推翻物業登記所確立的業權以及地籍圖所劃定的土地範圍及面積，但對於青洲山地段的保育及規劃，政府專責部門未有嚴格遵守《文化遺產保護法》及《城市規劃法》的相關規定。

### 1) 關於青洲山地段業權的質疑

投訴人認為，據史料記載，澳葡政府於1890年才實際占有和管治青洲，從而質疑青洲山土地1828年交易及1886年物業登記的真實性及有效性。

經廉政公署調查，按照《物業登記法典》第7條規定，登記一經確定，法律便會推定有關人士或實體擁有登記載明的權利。根據物業登記資料，青洲山地段最早的登記是1886年5月，由天主教澳門教區主教以聖若瑟修院財產管理人的身份向物業登記局申請而作成，所依據的文件是1828年3月聖若瑟修院購買該地段的公證書。1886年5月，聖若瑟修院將青洲山部分土地租予青洲混凝土有限公司興建和營運水泥廠，租約期限為25年；1991年9月，澳門教區與江昌（澳門）實業發展有限公司簽署公證書，以澳門幣95,000,000元將標示編號2506的土地出售給該公司；2007年1月，江昌（澳門）實業發展有限公司將上述土地轉售予現時的業權人滙新發展有限公司。

經分析所有相關登記文件，無證據證明當年聖若瑟修院購買青洲山土地的公證書以及後來的物業登記存在偽造或虛假的情況。

對於投訴人質疑為何在青洲山上會建有軍營、碉堡、倉庫等軍事設施，廉政公署調查發現，1923年11月，澳葡政府去信澳門教區，請求容許政府在青洲山地段興建軍事設施和派駐部隊人

Colina da Ilha Verde (com o número de descrição predial 2506), da sua delimitação e do cálculo da sua área, pondo ainda em causa a insuficiência da conservação e do planeamento do mesmo terreno, solicitando, por conseguinte, a intervenção do CCAC para efeitos de investigação.

O Comissário contra a Corrupção determinou, ao abrigo da Lei n.º 10/2000 (Lei Orgânica do CCAC), por despacho, a instauração de uma investigação relativamente a este caso. Após a investigação, o CCAC considerou que não existiam indícios suficientes ou provas para ilidir a propriedade inscrita no registo predial e os limites e a área do terreno definidos na planta cadastral, no entanto, os serviços competentes do Governo não cumpriam rigorosamente as disposições da Lei de Salvaguarda do Património Cultural e da Lei do Planeamento Urbanístico relativamente à conservação e ao planeamento do terreno da Colina da Ilha Verde.

### 1) Em relação às dúvidas sobre o direito de propriedade do terreno da Colina da Ilha Verde

Os queixosos consideraram que, tendo em consideração que, segundo os registos da documentação histórica, a Administração Portuguesa de Macau tomou posse efectiva e a governança sobre a Ilha Verde apenas em 1890, existiam dúvidas em relação à veracidade e à validade da transmissão ocorrida em 1828 e do respectivo registo predial efectuado em 1886.

Na sequência da investigação efectuada pelo CCAC, de acordo com o artigo 7.º do Código do Registo Predial, o registo ao tornar-se definitivo, constitui presunção legal de que o indivíduo, ou a entidade, inscrito como titular possui o direito nos termos em que o registo o define. De acordo com as informações do registo predial, o registo mais antigo do terreno da Colina da Ilha Verde tinha data de Maio de 1886, tendo sido feito pela Conservatória do Registo Predial no seguimento de um pedido do Bispo da Diocese de Macau, enquanto administrador de bens do Seminário de São José, e baseou-se na escritura pública da compra daquele terreno pelo Seminário de São José em Março de 1828. Em Maio de 1886, uma parte do terreno da Colina da Ilha Verde foi dada de arrendamento, pelo prazo de 25 anos, pelo Seminário de São José, para a construção e operação da fábrica de cimento da Companhia de Cimento da Ilha Verde Limitada; em Setembro de 1991, a Diocese de Macau e a Empresa de Fomento e Investimento Kong Cheong (Macau) Limitada celebraram uma escritura pública, e o terreno sob a descrição n.º 2506 foi vendido àquela empresa pelo valor de 95 milhões de patacas; em Janeiro de 2007, a Empresa de Fomento e Investimento Kong Cheong (Macau) Limitada revendeu o referido terreno ao actual proprietário, a Companhia de Desenvolvimento Wui San Limitada.

Na sequência da análise de todos os documentos de registo relacionados com o caso, não se deparou com quaisquer provas que demonstrem situações de contrafacção ou de falsidade sobre a escritura pública da aquisição do terreno da Colina da Ilha Verde pelo Seminário de São José naquela altura, nem tão pouco relativamente ao posterior registo predial.

Em relação às dúvidas levantadas pelos queixosos sobre a razão de se encontrarem construídas instalações militares na Colina da Ilha Verde, incluindo quartel militar, casamata militar, armazém, entre outros, após investigação, o CCAC constatou que em Novembro de 1923, a Administração Portuguesa

員；1927年3月，葡萄牙軍事部門去信澳門教區，要求教區將青洲山的部分地段及建築物租予軍方使用；1975年5月，葡萄牙軍事部門將租用地段及建築物交給澳葡政府管理；1981年5月，澳葡政府正式終止租賃合同，將用於軍事用途的青洲山地段及相關建築物交回澳門教區。

自從1886年青洲山土地登記之後，沒有文件或紀錄顯示有人曾經向法院提起訴訟，要求撤銷有關土地的交易，或對聖若瑟修院的業權提出質疑。此外，有文件顯示澳葡政府為在青洲山興建軍事設施曾與澳門教區磋商並簽訂租約，承認聖若瑟修院對青洲山土地具有業權人的資格。

因此，基於合法性原則，廉政公署認為現時沒有足夠的跡象或證據推翻物業登記所確立的業權。

## 2) 關於青洲山地段土地面積的質疑

由於投訴人對面積的準確性亦提出質疑，廉政公署遂透過翻查物業登記及地籍資料查明了事實。

根據資料顯示，涉案青洲山土地最初的物業登記沒有明確記錄土地的面積，但註明地段的圓周長度約為1,000米。1988年3月，地圖繪製暨地籍司對土地面積進行分析，推斷土地的形狀應為圍繞山體的圓形，並計算出土地的面積為79,580平方米。

根據地籍司的分析，由於標示編號2506的土地曾經進行過三次分割，剩餘的面積約為56,948平方米。1988年6月，澳葡政府將地籍司的分析結果告知澳門教區並徵詢意見。1988年7月，澳門教區致函澳葡政府，表示土地面積的計算和測量有誤，標示編號2506的土地應該還包括旁邊的土地。

1991年4月27日，澳葡政府、澳門教區及聖若瑟修院三方簽署協議，確認標示編號2506的土地由9幅地塊組成，總面積為

de Macau enviou uma carta à Diocese de Macau, solicitando autorização para alojar instalações militares no terreno da Colina da Ilha Verde e para enviar para aquele local pessoal militar de guarnição; em Março de 1927, o departamento militar português enviou carta à Diocese de Macau, solicitando a esta última que desse de arrendamento partes do terreno e edificações da Colina da Ilha Verde para utilização militar; em Maio de 1975, o departamento militar português entregou partes do terreno arrendadas e edificações à Administração Portuguesa de Macau para efeitos de gestão; e em Maio de 1981, a Administração Portuguesa de Macau procedeu oficiosamente à rescisão do contrato de arrendamento, devolvendo as partes do terreno com fins militares da Colina da Ilha Verde e as respectivas edificações à Diocese de Macau.

Após ter sido efectuado o registo do terreno da Colina da Ilha Verde em 1886, não existe nenhum documento ou registo a apontar no sentido de que alguém tivesse intentado acção junto do tribunal para anular o acto de transmissão relativo ao terreno em causa ou para levantar quaisquer dúvidas sobre o direito de propriedade do Seminário de São José. Por outro lado, existem documentos que revelam ter existido negociação e celebração de contrato de arrendamento entre a Administração Portuguesa de Macau e a Diocese de Macau para alojar instalações militares na Colina da Ilha Verde, reconhecendo-se assim a qualidade de proprietário do Seminário de São José relativamente ao terreno da Colina da Ilha Verde.

Nestes termos, à luz do princípio da legalidade, o CCAC considera que não existem actualmente indícios suficientes ou provas para ilidir o direito de propriedade reconhecido pelo registo predial.

## 2) Em relação às dúvidas sobre a área do terreno da Colina da Ilha Verde

Tendo em conta que os queixosos levantaram também dúvidas relativamente à exactidão da área do terreno em causa, o CCAC apurou a verdade através da análise efectuada às informações do registo predial e cadastrais.

Segundo as informações disponíveis, em relação ao terreno da Colina da Ilha Verde em causa, não se indicou claramente, no início, a área do terreno no registo predial, indicou-se sim o cumprimento da circunferência do terreno que era de cerca de 1.000 metros. Em Março de 1988, a Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro (DSCC) procedeu a uma análise referente à área do terreno, deduzindo que o mesmo devia ter a forma de um círculo em redor da colina, sendo que a área resultante, após cálculo, era de 79.580 m<sup>2</sup>.

Segundo a análise da DSCC, tendo sido dividido por três vezes, o terreno sob a descrição n.º 2506 passou a ter uma área de cerca de 56.948 m<sup>2</sup>. Em Junho de 1988, a Administração Portuguesa de Macau informou à Diocese de Macau do resultado da análise da DSCC, solicitando a opinião da mesma. Em Julho de 1988, a Diocese de Macau oficiou à Administração Portuguesa de Macau, afirmando que tinha havido erros no cálculo e no levantamento topográfico da área do terreno e que o terreno sob a descrição n.º 2506 devia incluir ainda o terreno situado ao seu lado.

Em 27 de Abril de 1991, a Administração Portuguesa de Macau, a Diocese de Macau e o Seminário de São José assinaram um acordo, confirmando que o terreno sob a descrição

70,228平方米，而地籍司曾為此於1991年1月編製了地籍圖。1991年5月11日，聖若瑟修院向物業登記局遞交協議及其他文件，申請將其中的8幅地塊分割成為獨立的物業登記，而標示編號2506的土地的剩餘面積減至56,166平方米。按照第3/94/M號法令第14條的規定，地籍圖為不動產位置、面積及邊界的充分憑證。

經分析相關文件及資料後，廉政公署認為無跡象顯示地籍司1991年1月編製的標示編號2506土地的地籍圖存在虛假、錯誤之處，因此青洲山地段的面積應為物業登記所載的56,166平方米。

### 3) 關於青洲山地段規劃和保育的質疑

投訴人還投訴政府部門對青洲山的規劃不周及保育不力，對山體及景觀造成破壞。廉政公署調查發現，政府相關部門的確分別存在未嚴格按照《城市規劃法》及《文化遺產保護法》的規定處理青洲山的規劃及保育的情況。

關於規劃的問題，根據廉政公署取得的資料，1996年10月，澳葡政府曾經制定“青洲區重整研究計劃”，將青洲區劃分為26個地段，對每一地段的用途、可建高度及其他建築條件作出詳細規定；因應澳門社會的發展，土地工務運輸局從2008年開始研究制定新的規劃，2010年10月完成“青洲都市化整治計劃”，2011年2月對外公佈及聽取公眾的意見。

“青洲都市化整治計劃”將青洲區劃分為53個地段，各個地段有不同的發展用途，例如綠化保護、公共房屋、社會設施及商住用地等，其中標示編號2506的土地被劃分為8個不同用途的地段。有關“整治計劃”將部分青洲山山體及修道院遺址作綠化保護區及公共設施用途，亦將部分山腰以下的山體及山體以外的土地列為商住用途。

因應《文化遺產保護法》生效及青洲山被評定為具文化遺產價值的場所，“青洲都市化整治計劃”已不符合實況，土地工

n.º 2506 era constituído por 9 parcelas com uma área total de 70.228 m<sup>2</sup> e uma planta cadastral foi elaborada nestes termos pela DSCC em Janeiro de 1991. Em 11 de Maio de 1991, o Seminário de São José apresentou à Conservatória do Registo Predial o acordo e os demais documentos, solicitando o registo de 8 destas parcelas como prédios autónomos, ficando a área restante do terreno sob a descrição n.º 2506 reduzida a 56.166 m<sup>2</sup>. Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 3/94/M, a planta cadastral é título bastante para a localização, áreas e confrontações dos imóveis.

Após uma análise dos respectivos documentos e informações, o CCAC considera que não se encontram indícios que demonstrem a existência de falsidade ou erro na planta cadastral elaborada, em Janeiro de 1991, pela DSCC para o terreno sob a descrição n.º 2506. Nestes termos, a área do terreno da Colina da Ilha Verde deve ser de 56.166 m<sup>2</sup> como consta no registo predial.

### 3) Em relação às dúvidas sobre o planeamento e a conservação do terreno da Colina da Ilha Verde

Os queixosos puseram ainda em causa a insuficiência do planeamento e da conservação do terreno da Colina da Ilha Verde por parte do Governo, o que teria provocado danos na colina e na paisagem. No âmbito da investigação, o CCAC constatou que se verifica realmente a situação em que os respectivos serviços públicos não cumpriram rigorosamente a Lei do Planeamento Urbanístico e a Lei de Salvaguarda do Património Cultural no que respeita ao planeamento e à conservação do terreno da Colina da Ilha Verde.

No que concerne à questão do planeamento, de acordo com as informações recolhidas pelo CCAC, a Administração Portuguesa de Macau elaborou, em Outubro de 1996, o “Estudo do Reordenamento Urbanístico Ilha Verde”, segundo o qual, a zona da Ilha Verde foi dividida em 26 lotes, e a finalidade, a altura máxima permitida e outras condições de construção de cada um dos lotes foram reguladas detalhadamente. Em articulação com o desenvolvimento social de Macau, desde 2008, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) iniciou estudos com vista à elaboração do novo planeamento e, em Outubro de 2010, o “Plano de Ordenamento Urbanístico - Ilha Verde” foi concluído, sendo posteriormente, em Fevereiro de 2011, o plano anunciado ao público para austerização de opiniões e sugestões da população.

Segundo o “Plano de Ordenamento Urbanístico - Ilha Verde”, a zona da Ilha Verde foi dividida em 53 lotes, cada um dos lotes tem a sua própria finalidade de desenvolvimento, nomeadamente zonas verdes protegidas, habitações públicas, instalações sociais e terrenos destinados a habitação e comércio. Destes lotes, o terreno sob a descrição n.º 2506 foi dividido em 8 lotes com finalidades diferentes. Segundo o “Plano de Ordenamento”, uma parte da Colina da Ilha Verde e a ruína do convento destinam-se a ser zonas verdes protegidas e instalações públicas, enquanto que uma outra parte debaixo da encosta da colina e os terrenos fora da colina têm finalidades habitacionais e comerciais.

Com a entrada em vigor da Lei de Salvaguarda do Património Cultural e com a classificação da Colina da Ilha Verde como sítio de interesse de património cultural, o “Plano de Ordenamento Urbanístico - Ilha Verde” já não se encontrava

務運輸局於2014年8月啟動修改“整治計劃”的程序。2017年12月，土地工務運輸局根據文化局的意見修訂了“整治計劃”的部分內容，將綠化保護區擴大至整個青洲山山體，縮減了容許興建建築物的土地範圍，降低了部分地段建築物的最大許可高度。

但是，土地工務運輸局上述對“青洲都市化整治計劃”的修訂，既未進行公開諮詢，也未對外正式公佈。

廉政公署認為，“整治計劃”與《城市規劃法》中規定的“詳細規劃”性質相似、作用相同，因此其內容的修訂須按照法律第4條規定的“透明和促進公眾參與原則”，聽取城市規劃委員會、公眾及持份者的意見，並須按照法律規定的“公開原則”，正式對外公佈。

根據《城市規劃法》第64條第2款的規定，在總體規劃及詳細規劃生效前，土地工務運輸局以及其他公共部門繼續沿用現存的城市規劃及城市規劃研究的指引及原則。廉政公署認為，青洲區本身不是“白區”，“青洲都市化整治計劃”在規劃層面仍有約束力，工務部門在審批青洲區的建築項目時，必須確保“整治計劃”所訂定的建築條件得到遵循。

城市規劃委員會討論青洲山腳鄰近青洲河邊馬路的土地的規劃條件圖時，土地工務運輸局代表曾經指出，該規劃條件圖草案是在2010年“青洲都市化整治計劃”的基礎上編製。土地工務運輸局本身應十分清楚，由於2010年“青洲都市化整治計劃”部分內容不合時宜且不符合《文化遺產保護法》的規定，必須依法作出修訂，而且相關的工作正在進行中。

廉政公署認為，土地工務運輸局未完成“青洲都市化整治計劃”的修訂就批出建築項目的規劃條件圖，違反了《城市規劃法》第64條第2款的規定，這種未檢討規劃先批准項目的做法不僅本末倒置，難免令人產生“偷步”的質疑，而且會導致規劃的

adaptado à realidade, e por isso a DSSOPT iniciou, em Agosto de 2014, o procedimento de alteração do referido “Plano de Ordenamento”. Em Dezembro de 2017, a DSSOPT procedeu à alteração de uma parte do conteúdo do “Plano de Ordenamento” de acordo com o parecer do Instituto Cultural (IC), estendendo o espaço verde que se encontrava sob protecção a todo o maciço montanhoso da Colina da Ilha Verde, reduzindo a área do terreno onde era permitido a construção de edifícios, bem como diminuindo a altura máxima permitida dos edifícios em algumas partes do terreno.

No entanto, a referida revisão do “Plano de Ordenamento Urbanístico – Ilha Verde” efectuada pela DSSOPT não só não foi objecto de consulta pública, como não foi objecto de divulgação oficial.

O CCAC considera que o “Plano de Ordenamento” possui uma natureza semelhante à dos “planos de pormenor” previstos na Lei do Planeamento Urbanístico, possuindo ambos uma função idêntica, pelo que a revisão do mesmo deveria ser efectuada em conformidade com os termos do artigo 4.º daquela Lei, obedecendo nomeadamente ao “princípio da transparência e da promoção da participação da população”, ouvindo assim a opinião do Conselho do Planeamento Urbanístico, do público e dos interessados, bem como ao “princípio da publicidade”, procedendo a uma divulgação oficiosa ao público.

De acordo com o n.º 2 do artigo 64.º da Lei do Planeamento Urbanístico, até à data de entrada em vigor do plano director e dos planos de pormenor, a DSSOPT e os demais serviços da Administração Pública continuam a aplicar as orientações e os princípios previstos nos planos urbanísticos e estudos sobre o planeamento urbanístico existentes. O CCAC considera que, não sendo a zona da Ilha Verde uma “zona branca” e tendo o “Plano de Ordenamento Urbanístico – Ilha Verde” força vinculativa a nível de planeamento, aquando da apreciação do projecto de construção da zona da Ilha Verde, os serviços de obras públicas tinham que assegurar que os requisitos de construção definidos pelo referido “Plano de Ordenamento” se encontravam satisfeitos.

Quando o Conselho do Planeamento Urbanístico discutiu sobre a planta de condições urbanísticas do terreno que se situa no sopé da Colina da Ilha Verde perto da Estrada Marginal da Ilha Verde, o representante da DSSOPT referiu que o projecto da referida planta de condições urbanísticas foi elaborado com base no “Plano de Ordenamento Urbanístico - Ilha Verde” de 2010. A DSSOPT deve saber perfeitamente que algumas partes do conteúdo do “Plano de Ordenamento Urbanístico - Ilha Verde” de 2010 já estão desactualizadas e em desconformidade com o disposto na Lei de Salvaguarda do Património Cultural, pelo que é necessário proceder a uma revisão do mesmo nos termos da lei e, ainda por cima, esses trabalhos de revisão já se encontram em curso.

O CCAC considera que a aprovação das plantas de condições urbanísticas dos projectos de construção antes da conclusão da revisão do “Plano de Ordenamento Urbanístico – Ilha Verde”, por parte da DSSOPT, constitui uma violação do n.º 2 do artigo 64.º da Lei do Planeamento Urbanístico. Esta prática de aprovar projectos antes de rever o respectivo plano não é apenas fazer as coisas às avessas, provoca também, inevitavelmente, no público dúvidas de que alguém efectuou uma “falsa partida” intencionalmente, o que está em desconformidade

效力大打折扣，不符合《城市規劃法》第4條規定的“合法性原則”。為此，廉政公署已向土地工務運輸局要求作出解釋。

另外，關於社會各界關注的青洲山保育問題，據廉政公署掌握的資料顯示，文化局曾於2017年10月去函地段業權人滙新發展有限公司，指修道院的建築缺乏維修保養，要求該公司儘快展開修復及保養工程。其後，文化局應業權人的要求提供了修道院的設計圖紙、建築材質等資訊，但直至現時為止，修道院的維修工程仍未展開，甚至連工程准照的申請仍未遞交。

按照《文化遺產保護法》第39條的規定，被評定的不動產的所有權人應實施文化局經查驗後認為對保護該等不動產屬必要的工程，如工程未能依期開展或完成，文化局可按現行法例的規定促成強制實施，有關費用由所有權人承擔。

廉政公署認為，既然法律已賦予文化局充足及有效的手段，文化局便應積極推動以至實施相關的修復工程，切實承擔起保護文化遺產的法定義務，而不能任由青洲山以及修道院等建築繼續處於雜亂無章、殘破不堪的狀態。為此，廉政公署已促請文化局重視相關問題，不日或會成為廉政公署再度審查的標的之一。

### (三) 中葡經貿論壇輔助辦公室聘請內地翻譯人員的調查

2019年6月，傳新澳門協會向廉政公署作出舉報，指中國與葡語國家經貿合作論壇常設秘書處輔助辦公室以個人勞動合同聘請5名內地人士擔任翻譯工作，質疑有關做法違反優先聘用本地居民的規則，要求廉政公署就此事件進行調查。

經調查，鑒於中葡經貿論壇常設秘書處由中國及葡語國家代表組成，主要工作語言是普通話及葡語，日常中葡語翻譯的工作量龐大，曾嘗試透過統一開考或向其他部門借調翻譯員，但不

com o princípio da legalidade previsto no artigo 4.º da Lei do Planeamento Urbanístico, e conduzirá a uma redução considerável da eficácia do plano. Nestes termos, o CCAC já solicitou a prestação dos respectivos esclarecimentos por parte da DS-SOPT.

Para além disso, relativamente à questão da conservação da Colina da Ilha Verde sobre a qual vários sectores da sociedade têm prestado muita atenção, segundo as informações disponibilizadas ao CCAC, o IC endereçou, em Outubro de 2017, um ofício ao proprietário do terreno em questão, a Companhia de Desenvolvimento Wui San Limitada, referindo que o convento carecia de reparação e de manutenção e solicitando que a companhia iniciasse as obras de restauro e manutenção o mais breve possível. Posteriormente, e a solicitação do proprietário, o IC disponibilizou informações tais como peças desenhadas e materiais de construção do convento. No entanto, até à data, não foram ainda iniciadas as obras de manutenção do convento, nem foi apresentado o pedido para licença de obras.

Nos termos do artigo 39.º da Lei de Salvaguarda do Património Cultural, os proprietários de bens imóveis classificados devem efectuar as obras que o IC, precedendo vistoria, considere necessárias para assegurar a sua salvaguarda. No caso das obras não terem sido iniciadas ou concluídas dentro do prazo fixado, pode o IC promover a sua execução coerciva nos termos previstos na legislação em vigor, constituindo as respectivas despesas encargo do proprietário.

O CCAC considera que, tendo sido conferidos pela lei meios suficientes e efectivos, o IC deve promover e até concretizar, de forma empenhada, as respectivas obras de restauro e assumir efectivamente o dever legal de salvaguarda do património cultural, não podendo deixar a Colina da Ilha Verde e os edifícios tal como o convento continuar a ficar em estado de caos e degradação. Nestes termos, o CCAC já impeliu o IC a prestar atenção ao aludido problema, sendo que o mesmo poderia ser também um dos objectos de nova fiscalização a realizar pelo CCAC.

### (3) Investigação sobre o caso da contratação de intérpretes-tradutores do Interior da China pelo Gabinete de Apoio do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

Em Junho de 2019, a Associação da Sinergia de Macau apresentou uma denúncia junto do CCAC, alegando que o Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa tinha contratado 5 indivíduos do Interior da China para exercer funções de tradução em regime de contrato individual de trabalho, suspeitando-se da violação do princípio da prioridade da contratação de residentes locais, tendo por isso solicitado a intervenção do CCAC para investigar o caso.

Na sequência da investigação, foi revelado que, como o Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa é constituído por representantes da China e dos Países de Língua Portuguesa, sendo as principais línguas de trabalho o mandarim e o português, existe uma enorme carga de trabalho no que respeita às tarefas diárias de tradução de chinês-português. Ademais, tendo em conta que a tentativa

果；另亦考慮到建立一支自身的專業中葡翻譯隊伍，尤其為第六屆部長級會議做好準備工作的實際需要，該輔助辦公室遂建議以個人勞動合同聘請5名以普通話為母語的中葡翻譯人員；該建議於2018年5月獲經濟財政司司長批准。

隨後，該輔助辦公室成立了典試委員會，亦跟北京外國語大學及上海外國語大學取得聯繫，並派員分別前往該兩所大學，直接對由該兩所大學推薦的16名具有中葡翻譯或葡語專業學歷的畢業生，展開包括筆試、口試、面談、履歷分析的甄選程序，最後，獲得最高分數的5名畢業生獲得聘用。

從資料顯示，相關人員除了在上述大學畢業外，亦在中葡翻譯或葡語教學領域具有一定的工作經驗。

資料亦顯示，為跟進招聘的後續程序，該輔助辦公室曾按法例規定向行政公職局徵詢意見。行政公職局同意由於本澳缺乏以普通話為母語的中葡翻譯人員，有關的招聘符合第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》的相關規定。2018年9月，該輔助辦公室取得經濟財政司司長的批准，以個人勞動合同聘請5名內地人員擔任中葡翻譯。

按照第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》的規定，公共部門在專業人員短缺的情況下，可以以個人勞動合同聘請外地人員擔任專業技術職務。行政公職局作為統籌管理公務員及翻譯事務的部門，認為本澳缺乏以普通話為母語的中葡翻譯人員，確認有關招聘符合法律規定的專業人員短缺的情況。

此次招聘包括專業院校推薦、筆試、口試、面談及履歷分析等甄選環節，最後以所得分數的高低作為聘用標準，過程中未見有違法或違規之處。

de recrutar mais intérpretes-tradutores, através do concurso de gestão uniformizada e por via de “empréstimos” de outros serviços, não teve sucesso, e também com a finalidade de criar uma equipa profissional própria de tradução sino-português, nomeadamente face às necessidades concretas relativas aos trabalhos preparatórios para a 6.ª Conferência Ministerial, o Gabinete de Apoio propôs a contratação de 5 intérpretes-tradutores de chinês-português que tivessem como língua materna o mandarim, em regime de contrato individual de trabalho, tendo a respectiva proposta sido autorizada pelo Secretário para a Economia e Finanças em Maio de 2018.

Posteriormente, o Gabinete de Apoio constituiu um júri, entretou contactos com a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim e a Universidade de Estudos Internacionais de Xangai, enviando também pessoal para deslocar-se a essas duas universidades para realizar, de forma directa, a selecção de pessoal, nomeadamente procedendo à realização da prova escrita, prova oral, entrevista e análise curricular, dos 16 graduados com habilitações na área de tradução de chinês-português ou com qualificações profissionais em língua portuguesa, recomendados pelas ditas duas universidades. Por fim, os 5 graduados que obtiveram a melhor pontuação foram contratados.

Informações demonstram que, para além de serem graduados nas referidas universidades, os indivíduos seleccionados possuíam igualmente uma certa experiência profissional na área da tradução chinês-português ou do ensino em língua portuguesa.

Informações demonstram ainda que, a fim de acompanhar os procedimentos posteriores relativos ao recrutamento de pessoal, o Gabinete de Apoio, em cumprimento da lei, solicitou parecer junto da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP). Os SAFP concordaram também que devido à falta de intérpretes-tradutores de chinês-português, com mandarim como língua materna, em Macau, o recrutamento em causa está em conformidade com as respectivas normas consagradas na Lei n.º 12/2015 (Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos). Em Setembro de 2018, o Gabinete de Apoio obteve a autorização do Secretário para a Economia e Finanças relativamente à contratação de 5 indivíduos do Interior da China para exercer funções de tradução de chinês-português em regime de contrato individual de trabalho.

Nos termos da Lei n.º 12/2015 (Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos), nas situações em que se verifica escassez de técnicos profissionais, os serviços públicos podem proceder à contratação de pessoal no exterior para desempenhar funções técnicas especializadas em regime de contrato individual de trabalho. Os SAFP, serviço público ao qual incumbe coordenar a gestão dos trabalhadores da função pública e dos assuntos de tradução, entendem que há falta de intérpretes-tradutores de chinês-português, com mandarim como língua materna, em Macau, e assim reconheceram que o referido recrutamento de pessoal foi efectuado em harmonia com a situação de escassez de profissionais prevista na lei.

Aquele recrutamento de pessoal passou pelas diversas etapas de selecção, que incluíram a recomendação efectuada pelas instituições académicas profissionais, a prova escrita, a prova oral, a entrevista e a análise curricular, empregando, por fim, a pontuação concretamente obtida como critério de contratação, não tendo sido detectada qualquer ilegalidade ou irregularidade no decorrer do procedimento em questão.

至於投訴人認為，有關輔助辦公室招聘母語為普通話的中葡翻譯人員的做法，有語言歧視、排擠本地人才之嫌。無可否認，中葡經貿論壇常設秘書處的工作語言是普通話及葡語，加上行政公職局在意見書中亦指出，為了滿足中葡經貿論壇常設秘書處特殊的工作要求，該部門有需要聘請以普通話為母語的翻譯人員。因此，廉政公署認為該辦公室聘用以普通話為母語的內地翻譯人員的做法，並不涉及語言歧視或排擠本地人才。然而，倘中葡經貿論壇常設秘書處輔助辦公室在解釋此次招聘時，不僅指出“翻譯員除具備較高素質的口筆譯技能外，還需熟悉內地事務”，並強調以廣東話為母語的翻譯人員難以應對“普通話/葡語”傳譯工作的話，也許可減少市民對其招聘的合理性產生質疑，廉政公署已向有關輔助辦公室作出反映，要求其認真檢討並加以改善。

#### (四) 有關對政策研究和區域發展局局長舉報的調查

2019年6月，廉政公署收到下款為“政發局工作人員”的舉報信，列舉了政策研究和區域發展局局長及其擔任前政策研究室主任期間的多項不規則行為，要求廉政公署進行調查。

經調查，廉政公署認為舉報信的大部分內容無法證實或不構成違法，但政策研究和區域發展局以非公開方式招聘人員的做法的確不符合公務人員招聘法律制度所倡導的公平、公開原則。

對於舉報信提到該名局長對待他人的態度、平時慣用“教授”的稱呼、分拆外判課題規避招標、巧立名目外出考察、重複製作部門招牌、在局內擺放乒乓球檯、在辦公室內吸煙等行為，經廉政公署逐一查證後，發現內容與事實不符或不存在違法或

A associação queixosa considerou que o recrutamento, por parte do Gabinete de Apoio, dos intérpretes-tradutores de chinês-português, com mandarim como língua materna, terá sido uma prática de discriminação linguística e de exclusão de quadros qualificados locais. No entanto, sendo inegável que as línguas de trabalho do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa são o mandarim e o português, os SAEP referiram no seu parecer que, para satisfazer as exigências específicas de trabalho do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, seria necessário aquele Serviço contratar intérpretes-tradutores cuja língua materna fosse o mandarim. Assim sendo, o CCAC considerou que o recrutamento dos intérpretes-tradutores do Interior da China, com o mandarim como língua materna, por parte do Gabinete de Apoio não envolveu qualquer discriminação linguística nem exclusão de quadros qualificados locais. Porém, o Gabinete de Apoio do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa indicou, no esclarecimento do recrutamento em questão, que “os intérpretes-tradutores, para além de dominarem as técnicas de tradução e interpretação de alta qualidade, devem ainda estar familiarizados com os assuntos relacionados com o Interior da China”, se realçasse também o facto de que é difícil para os intérpretes-tradutores, cuja língua materna é o cantonense, enfrentarem o trabalho de interpretação de “mandarim/português”, então poderia reduzir as dúvidas junto dos cidadãos em relação à razoabilidade daquele recrutamento. O CCAC comunicou esta situação ao Gabinete de Apoio, alertando para a necessidade de proceder a uma revisão séria de todo o procedimento com vista ao respectivo melhoramento.

#### (4) Investigação sobre a denúncia relativa ao director dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional

Em Junho de 2019, o CCAC recebeu uma carta de denúncia, com o remetente “trabalhadores da Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional (DSEPDR)”, na qual se enumeravam várias práticas, alegadamente, irregulares do director da DSEPDR, e do mesmo enquanto coordenador do então Gabinete de Estudo das Políticas (GEP), e se solicitava que o CCAC procedesse a uma investigação.

Na sequência dessa investigação, o CCAC considerou que a maior parte do conteúdo constante da carta de denúncia não é passível de ser comprovada ou não constitui ilegalidade. No entanto, constatou-se que a prática da DSEPDR relativamente ao recrutamento de pessoal, de forma não transparente, não estava, de facto, em conformidade com os princípios da justiça e da publicidade promovidos pelo regime jurídico de recrutamento de trabalhadores para a Administração Pública.

Aquela carta de denúncia fazia também referência à atitude do referido director na sua relação com os outros, pedindo que o tratassem por “professor”, à divisão de contratos de adjudicação com vista à não realização de concursos públicos, à invenção de vários pretextos para realização de visitas de estudo no exterior, à produção duplicada das tabuletas do serviço, à instalação de mesa de pingue-pongue no serviço, bem como ao facto do director fumar no seu gabinete. Na sequência da investigação caso a caso pelo CCAC, constatou-se que os assuntos constantes da denúncia não estão em conformidade com

違規情況，而部份投訴則礙於不屬廉政公署的職權範圍而未能調查及跟進。

關於該名局長使用公帑租住高級公寓的舉報，廉政公署經調查發現，其以個人勞動合同方式在前政策研究室擔任首席顧問時，收取的房屋津貼確實高於第2/2011號法律《年資獎金、房屋津貼及家庭津貼制度》規定的金額，然而，由於法律亦同時規定個人勞動合同可訂定有別於一般公務人員所享有的待遇，因此有關的做法並未見違反法律。

而自其擔任前政策研究室主任及政策研究和區域發展局局長後，聘用方式由個人勞動合同變為定期委任，薪俸及福利待遇亦改為適用公職法律的一般規定，收取薪俸點40點的房屋津貼。

關於指其任人唯親，未經開考招收自己的研究生進入部門工作的問題，廉政公署經調查，發現在前政策研究室時期，確實有6名為舉報信所指在入職前與該名局長相識或有一定交集的人士，分別以免除公開開考的方式，透過個人勞動合同獲聘為研究員。當中有的曾是其博士研究生，有的是經其過往的同事推薦，有的則是其在參加學術研討會時相識的。

調查中，政策研究和區域發展局的領導及主管向廉政公署表示，由於該局的工作性質特殊，對研究人員的素質要求非常高，必須擁有博士學位及相關工作經驗，加上在聘請之前已徵詢行政公職局的意見，因此，長期以來都是透過免除公開考試的個人勞動合同方式招聘研究人員。而上述涉案人士（當時其正擔任首席顧問一職）在招聘研究人員的分工中，負責物色政治法律範疇的研究人員。由於其曾嘗試在本澳物色符合資格的政策法律

a realidade, ou não se verificaram a existência de situações ilegais ou irregulares, enquanto que outros assuntos não foram investigados e acompanhados uma vez que não pertencem ao âmbito de competências do CCAC.

Em relação à denúncia sobre o referido director ter arrendado, com fundos públicos, um apartamento de luxo para habitação, na sequência da investigação, o CCAC descobriu que, na altura em que o mesmo desempenhava funções de assessor principal em regime de contrato individual de trabalho, no então GEP, os montantes de subsídios de residência que o mesmo recebia eram certamente superiores àqueles fixados pela Lei n.º 2/2011 (Regime do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família). No entanto, atendendo a que a lei prevê também que, nos contratos individuais de trabalho, podem ser estipuladas regalias diferentes daquelas que os trabalhadores em geral gozam, a prática em causa não está em desconformidade com a lei.

Por outro lado, a partir do momento em que o mesmo assumiu o cargo de coordenador do então GEP e o cargo de director da DSEPDR, foi alterada a sua forma de provimento, concretamente de contrato individual de trabalho para comissão de serviço, passando a ser-lhe aplicável as regras gerais do regime jurídico da função pública no que respeita ao seu vencimento e às respectivas regalias, nomeadamente o mesmo passou a receber um subsídio de residência cujo montante é equivalente ao índice 40 do índice salarial da administração pública.

Relativamente à questão sobre o facto do referido director ter praticado actos de nepotismo, recrutando directamente os seus alunos pós-graduados para trabalhar no serviço em causa, sem passar pela realização de concursos para o efeito, na sequência da investigação realizada pelo CCAC, verificou-se que na época do então GEP, houve, de facto, 6 indivíduos referidos na carta de denúncia, que ou já conheciam anteriormente o referido director, ou já mantinham uma certa ligação com o mesmo antes de terem ingressado naquele serviço, que tinham sido recrutados como investigadores em regime de contrato individual de trabalho com dispensa da realização de concursos públicos. Sendo que alguns desses indivíduos tinham sido alunos do referido director na fase de doutoramento, outros foram recomendados por seus ex-colegas de serviço, e ainda outros travaram conhecimento com o director por ocasião da sua participação em seminários académicos.

No decorrer da investigação, o pessoal de direcção e chefia da DSEPDR referiu que, tendo em conta a natureza especial do trabalho daquela Direcção de Serviços, as exigências relativas aos investigadores são bastante altas, daí a exigência de que os mesmos possuam o grau de doutoramento e a respectiva experiência profissional, além disso, antes do recrutamento, a DSEPDR tinha solicitado o parecer da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pelo que o recrutamento do dito pessoal tem sido, durante muito tempo, efectuado com dispensa da realização de concursos públicos e em regime de contrato individual de trabalho. De acordo com a divisão de tarefas de trabalho sobre o recrutamento do pessoal de investigação, o indivíduo em causa (enquanto assessor principal) era responsável por procurar investigadores para as áreas da política e do direito. Uma vez que tentou encontrar em Macau investigadores qualificados para as áreas da política e do direito sem sucesso e que discutiu o assunto com a Direcção dos

範疇研究人員但不成功，經與行政公職局商議及經上級同意後，開始不限於以本澳居民為條件去尋找合適的研究人員。

經查明，為落實招聘事宜，前政策研究室組成典試委員會，成員包括由政策研究室主任、副主任及首席顧問，透過筆試及倚有的面試對應考者進行考核。

經分析研究，雖然前政策研究室不經公開考試而僅以個人勞動合同聘請專業研究人員的做法並未明顯違法，然而，透過個人關係尋找應聘者的方式確實存有缺陷，不符合公務人員招聘法律制度所倡導的公平、公開原則，而獲聘的人員後來亦非全部從事研究工作，有的純粹負責行政財政工作，因此未能符合當初豁免公開考試的初衷，如此難免使公眾產生任人唯親的質疑。

為此，廉政公署要求政策研究和區域發展局深刻檢討人員的招聘程序，嚴格遵從公職法律有關公開招聘的規定，避免濫用豁免開考機制的情況發生。

### 三、其他行政申訴案件選要

#### (一)

廉政公署收到一有意出售其住宅單位的市民投訴，由於按物業登記的資料顯示，其單位所座落的地段屬批租地，且租賃期已完結，所以其前往土地工務運輸局了解辦理批給續期的手續；然而，當向土地工務運輸局查詢相關手續時，卻被告知此地段屬私有土地。投訴人批評政府部門間的信息混亂，要求廉政公署介入調查。

經調查，投訴人擁有的物業所座落的地段屬私有土地，原先是由澳葡政府於1985年向私人購買，並出租予投訴人的父親作居住用途，而其父親於1991年依照第56/83/M號法令的規定與前財政司簽署買賣公證書購入有關單位。

Serviços de Administração e Função Pública, após a obtenção do consentimento do seu superior hierárquico, começou então a procurar investigadores adequados e não se limitando aos residentes de Macau.

Verificou-se que para dar andamento ao recrutamento, o então GEP constituiu um júri, cujos membros foram o coordenador, o coordenador-adjunto e o assessor principal, sendo então os candidatos sujeitos à realização de uma prova escrita e uma eventual entrevista.

Na sequência da análise e estudo efectuado, considerou-se que a prática do então GEP relativamente ao recrutamento de investigadores profissionais através da celebração de contratos individuais de trabalho, e sem realização de concursos públicos, não violou manifestamente o disposto legalmente, no entanto, a forma da procura dos candidatos recorrendo a relações pessoais teve defeitos e não esteve em conformidade com os princípios da justiça e da publicidade promovidos pelo regime jurídico de recrutamento de trabalhadores para a Administração Pública. Por outro lado, entre os trabalhadores recrutados, nem todos vieram a exercer posteriormente funções de investigação, sendo que alguns deles exercem meramente funções da área administrativa e financeira, ora, este facto não está em conformidade com a intenção original que levou à dispensa da realização de concursos públicos e, sendo assim, toda esta situação suscita, inevitavelmente, suspeitas por parte do público relativamente à existência de eventuais actos de nepotismo.

Assim sendo, o CCAC exigiu que a DSEPDR procedesse a uma revisão profunda do procedimento de recrutamento de pessoal, cumprindo rigorosamente as normas relativas ao recrutamento público previstas no regime jurídico da função pública, e assim evitando a ocorrência de situações de abuso do mecanismo de dispensa da realização de concursos públicos.

### III. Resumo de outros casos da área da provedoria de justiça

#### (I)

O CCAC recebeu uma queixa apresentada por um cidadão que tinha intenção de vender a sua fracção habitacional. Na queixa referia que de acordo com as informações constantes do registo predial, o terreno onde a sua fracção se localiza é um terreno concedido por arrendamento, e que o respectivo período já tinha terminado, pelo que o queixoso deslocou-se à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) para saber qual o procedimento necessário para o pedido de renovação da concessão por arrendamento do terreno. Porém, quando consultou sobre o procedimento necessário junto da DSSOPT, foi informado que aquele era um terreno privado. O queixoso criticou a confusão de informações entre os serviços públicos, tendo por isso solicitado a intervenção do CCAC para investigar o caso.

Na sequência da investigação, apurou-se que o terreno onde a fracção do queixoso se localiza é um terreno privado. Aquele terreno foi originalmente adquirido a um indivíduo pela Administração Portuguesa de Macau em 1985 e foi posteriormente concedido por arrendamento ao pai do queixoso para fim habitacional. Apurou-se ainda que em 1991, para adquirir a respectiva fracção, o pai do queixoso e a então Direcção dos Serviços de Finanças celebraram uma escritura de compra e venda de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 56/83/M.

第56/83/M號法令第9條規定，政府與承租人簽署的買賣公證書須按照該法令附件所載擬本的文稿訂立，而該擬本規定有關買賣會導致出售單位所座落土地的相應部分以租賃方式被批給予購買方，為期25年；由於投訴人的父親與前財政司簽署的公證書亦載入相關條款，所以即使有關單位座落的地段屬私有土地，但該單位的物業登記卻註明了租賃批給及相應期間的資訊。經了解，除投訴人所擁有的單位外，全澳尚有389個單位面對相同或類似的情況。

廉政公署認為，雖然相關買賣公證書依照第56/83/M號法令附件所載的擬本訂立，但在有關單位所座落地段原屬私有土地的前提下，政府與買方簽署的公證書在法律上不可能將土地的屬性由私有變為國有，並以租賃方式作出批給，這樣不僅損害有關單位所有人的權益，亦會對該單位及其建築物所座落土地的屬性帶來混亂。因此，廉政公署建議財政局採取措施更正相關單位的物業登記。財政局隨後已去函物業登記局，對存在上述問題的所有單位的物業登記有序作出更正。

## (二)

廉政公署收到涉及勞工事務局人員的舉報，指該局一名工作人員經常於辦公時間擅離職守，在沒有上級許可下離開工作地點，相關行為涉嫌違反勤謹義務的規定，要求廉政公署展開調查。

經初查，證實該名勞工事務局人員於2018年11月及12月內有22日在沒有向上級提出申請的情況下，擅自離開辦公地點處理私人事務，有關事實明顯構成不合理缺勤及違反勤謹義務。

由於該名職員的行為已違反公職法律規定的義務，勞工事務局已針對被舉報人展開紀律程序，並就有關違紀事實追究其紀律責任。

雖然已展開紀律程序，但廉政公署認為，為預防類似情況再次出現，有關當局仍有必要檢視及完善工作人員的出勤紀錄及

Nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 56/83/M, a escritura de compra e venda celebrada pelo Governo e pelo arrendatário deve ser elaborada nos termos minutados no anexo ao referido decreto, sendo que ali se estipula que o respectivo acto de compra e venda implica a concessão por arrendamento ao comprador, por um prazo de 25 anos, da parte correspondente ao terreno onde a fracção habitacional se localiza. Uma vez que a escritura pública, celebrada pelo pai do queixoso e pela então Direcção dos Serviços de Finanças, continha também as disposições acima referidas, então no registo predial da fracção foram introduzidas as informações relativas à concessão por arrendamento e o respectivo período, apesar de a fracção em questão estar localizada num terreno privado. Segundo foi apurado, para além da fracção do queixoso, ainda existem mais 389 fracções em Macau que se deparam com a mesma situação ou com situação semelhante.

O CCAC considera que, embora a respectiva escritura de compra e venda tenha sido celebrada com base nos minutados anexos ao Decreto-Lei n.º 56/83/M, ainda assim, sob a premissa de que o terreno onde a fracção em questão se localiza ser originalmente um terreno privado, na escritura pública celebrada pelo Governo e pelo comprador não era possível, juridicamente, alterar a natureza do terreno de privado para terreno do estado nem podia o mesmo ser concedido por arrendamento, sob pena de, não só prejudicar os direitos e interesses dos proprietários das fracções, mas também confundir a natureza das fracções e do terreno onde as fracções se localizam. Nestes termos, o CCAC recomendou a tomada de medidas pela Direcção dos Serviços de Finanças para a rectificação do registo predial das respectivas fracções. A Direcção dos Serviços de Finanças endereçou, posteriormente, um ofício à Conservatória do Registo Predial para rectificar o registo predial de todas as fracções que apresentam os problemas acima descritos.

## (II)

O CCAC recebeu uma denúncia relativa a um trabalhador da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), na qual referia que esse trabalhador da DSAL abandonava, com frequência, o seu posto de trabalho durante o horário de trabalho, saindo do local de trabalho sem autorização do seu superior. Aquele comportamento era considerado suspeito de violar o dever de assiduidade e, por isso, solicitava-se que o CCAC procedesse a uma investigação.

Na sequência da investigação preliminar, foi provado que entre Novembro e Dezembro de 2018, registaram-se 22 dias em que o referido trabalhador da DSAL tinha saído, sem apresentação do respectivo pedido de autorização junto do superior, do seu local de trabalho, a fim de tratar de assuntos privados, aqueles factos constituem manifestamente faltas injustificadas e violação do dever de assiduidade.

Devido a que o acto praticado por aquele trabalhador violou o dever previsto no regime jurídico da função pública, a DSAL instaurou um processo disciplinar contra o denunciado, apurando as suas responsabilidades disciplinares face à violação do referido dever.

Apesar de o processo disciplinar ter sido instaurado, o CCAC considera ainda que é necessário que a autoridade competente reveja e aperfeiçoe o sistema de registo de assiduidade

查驗機制，有關當局對此表示認同，並回覆已採取適當的優化措施。

### (三)

廉政公署收到一宗投訴，指澳門貿易投資促進局在一次人員招聘中發佈招聘通告，當中要求投考人須具備碩士學歷，但據投訴人所知，有投考人在僅具學士學歷的情況下仍獲局方接納報考，認為澳門貿易投資促進局的處理不公，要求廉政公署介入調查。

經調查發現，澳門貿易投資促進局以個人勞動合同招聘兩名市場研究領域的高級技術員，並在發佈的招聘通告中列出多項職位要求，其中一項要求是投考人必須具有經濟學或管理學範疇碩士學位或以上學歷。然而，在68名獲接納投考的人士中，只有28人具有碩士學位，其餘40人均僅具備相關範疇的學士學位。

雖然澳門貿易投資促進局解釋上述碩士學歷要求只是作為優先接納的考慮因素，並無排除僅擁有學士學位的人士，後者只會在履歷分析環節中獲得較低分數而已，然而，廉政公署認為，如此投考要求的表述明顯帶有誤導成份，極可能導致本身擁有相關範疇學士學位的人士卻步，從而錯過投考。

此外，澳門貿易投資促進局招聘人員所適用的是《澳門貿易投資促進局人員通則》中所規定的制度，而不適用一般的公務人員招聘制度；然而，廉政公署在調查期間卻發現，上述開考安排跟澳門貿易投資促進局此一《通則》所規定的程序存在不少差異，例如招聘通告的內容跟該《通則》的要求不符，亦沒有就被接納投考人的臨時名單、確定名單及最後成績名單設置上訴機制等。

此外，就上述《通則》僅適用於澳門貿易投資促進局編制人員，對於非編制人員則未作出具體規定，廉政公署認為此一安排明顯未如理想，亦與現今依法辦事的社會訴求存在較大落差，

e o mecanismo de supervisão dos trabalhadores, no sentido de evitar que possam surgir outras situações semelhantes. A autoridade competente concordou com a proposta e respondeu que tinha entretanto tomado as medidas de aperfeiçoamento apropriadas.

### (III)

Numa queixa recebida pelo CCAC, referia-se que, durante o recrutamento de pessoal, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) divulgou um aviso de recrutamento, no qual exigia que os candidatos deviam estar habilitados com o grau de mestre. No entanto, segundo o conhecimento do queixoso, houve candidatos que foram admitidos ao concurso, pelo IPIM, habilitados apenas com o grau de licenciado. Considerando o tratamento do IPIM injusto, foi solicitada a intervenção do CCAC para efeitos de investigação.

Na sequência da investigação, descobriu-se que o IPIM pretendeu recrutar em regime de contrato individual de trabalho dois técnicos superiores da área de estudo de mercados, tendo sido indicados, no aviso de recrutamento, vários requisitos para o exercício do cargo. Um desses requisitos era que os candidatos deviam estar habilitados com o grau de mestre, ou superior, nas áreas económica ou de gestão. No entanto, de entre os 68 indivíduos admitidos ao concurso, apenas 28 estavam habilitados com o grau de mestre, enquanto os restantes 40 estavam habilitados apenas com o grau de licenciado nas respectivas áreas.

Apesar do esclarecimento prestado pelo IPIM de que a referida exigência do grau de mestre servia meramente como um factor de ponderação para ser dada preferência na admissão, não tendo o efeito de excluir do concurso os indivíduos habilitados apenas com o grau de licenciado, sendo que estes últimos só teriam uma classificação mais baixa na fase de análise curricular, o CCAC considera que a referida expressão no requisito de candidatura contém obviamente elementos enganosos, o que, muito provavelmente, terá tido como consequência que os indivíduos habilitados com o grau de licenciado nas respectivas áreas terão desistido de se candidatar, perdendo assim aquela oportunidade.

Para além disso, o regime aplicado pelo IPIM no recrutamento de pessoal é o Estatuto Privativo do Pessoal do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau e não o regime geral de recrutamento dos trabalhadores dos serviços públicos. No entanto, no decorrer da investigação, o CCAC constatou a existência de bastantes diferenças entre o que foi feito no referido concurso e os procedimentos previstos no referido Estatuto do IPIM, a título de exemplo, o conteúdo do aviso de recrutamento estava em desconformidade com as exigências do Estatuto, não tendo sido estabelecido também um mecanismo de recurso em relação às listas provisória e definitiva, bem como à lista classificativa final dos candidatos admitidos.

Além do mais, o Estatuto é aplicável só ao pessoal do quadro do IPIM e nenhuma disposição específica foi estabelecida para o pessoal fora do quadro. O CCAC considera que esta é uma prática obviamente não ideal, a qual se encontra também obviamente desconforme às exigências actuais da sociedade em termos de respeito pela legalidade na actuação. Nestes termos, foi solicitado ao IPIM a tomada de medidas de correcção e

故此已促請該局儘快採取措施糾正及完善有關《通則》及相關的人員招聘制度，以便將編制內、外的人員招聘制度一併作出具體規範。

澳門貿易投資促進局隨後回覆，表示認同廉政公署反映的意見及建議，承諾將來在製作招聘通告時會清楚列明學歷要求及其他要件，並且已就招聘非編制人員的程序制定內部規章，以及計劃修改《澳門貿易投資促進局人員通則》，將有關內部規章的內容也納入該《通則》內。

#### (四)

廉政公署收到一匿名舉報，指衛生局近年進行的人員招聘開考屢出現典試委員會成員與投考人存在親屬關係但無提出迴避的情況，且能具體指出有關人士的身份資料及關係，要求廉政公署展開調查。

經初步調查，在舉報所指的其中一個開考中，未有證據顯示舉報人所指的典試委員與投考人存在親屬關係；而在另一個開考中，廉政公署雖然發現被舉報的投考人是典試委員配偶的表妹，兩者間存在第四親等旁系姻親的親屬關係，按照《行政程序法典》及相關法律的規定，不屬必須迴避或聲請迴避的情況，但該典試委員在知悉該親屬投考後，仍向上級申請自行迴避，並獲得批准。

廉政公署認為，儘管上述開考的典試委員與投考人之間不存在法律規定的必須迴避或聲請迴避的關係，但為了避免令人產生徇私的嫌疑，仍向上級申請自行迴避，且獲局方批准，有關做法值得肯定。

另一方面，由於舉報人以匿名方式作出的舉報與事實不符，甚至有“冤枉好人”之嫌，致使廉政公署及當局耗費不少資源及時間，此等行為應予以譴責。必須指出的是，市民應謹慎行使投訴及舉報的權利，實名舉報，對自己的行為負責。

melhoramento, o mais breve possível, relativamente ao referido Estatuto e ao respectivo regime de recrutamento de pessoal para que sejam definidas disposições específicas tanto para o pessoal do quadro como de fora do quadro.

O IPIM respondeu posteriormente que concordava com as opiniões e sugestões do CCAC e prometeu que iria indicar, no futuro, de forma clara as exigências de habilitações académicas bem como os restantes requisitos na elaboração de avisos de recrutamento, referindo também que um regulamento interno respeitante aos procedimentos de recrutamento do pessoal fora do quadro foi já elaborado e que está planeada a revisão do Estatuto Privativo do Pessoal do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau para que este regulamento interno seja integrado no referido Estatuto.

#### (IV)

O CCAC recebeu uma denúncia anónima, alegando que, nos concursos de recrutamento de pessoal realizados pelos Serviços de Saúde nos últimos anos, aconteceu várias vezes que os membros do júri tinham uma relação de parentesco com os candidatos sem pedirem a devida escusa. Essa denúncia indicava ainda, concretamente, a identificação e a relação dos indivíduos envolvidos, solicitando assim a intervenção do CCAC para efeitos de investigação.

Na sequência de uma investigação preliminar, não se encontrou, num dos concursos visados na denúncia, prova que demonstrasse a existência de uma relação de parentesco entre o membro do júri e o candidato indicados pelo denunciante. No outro concurso também referido na denúncia, apesar de se ter constatado que a candidata visada era a prima do cônjuge do membro do júri, estando os dois ligados por uma relação de afinidade no quarto grau da linha colateral, tal não configura uma situação de impedimento ou suspeição nos termos do Código do Procedimento Administrativo e das respectivas disposições legais. No entanto, depois de ter conhecimento da candidatura desta parente, o membro do júri em questão pediu na mesma escusa ao seu superior hierárquico, tendo esse pedido sido deferido.

No referido concurso, apesar da inexistência de uma relação com a candidata que implicasse um pedido de impedimento ou suspeição nos termos da lei, o membro do júri em questão pediu na mesma escusa ao seu superior hierárquico por forma a evitar quaisquer suspeitas relativamente à sua isenção, tendo o mesmo pedido sido deferido pelos Serviços de Saúde. Trata-se esta, no entender do CCAC, de uma prática que merece reconhecimento.

Por outro lado, devido à apresentação de uma denúncia anónima, por parte do denunciante, cujo teor não corresponde aos factos, poder-se-á concluir até que se está perante um acto que procurou “culpabilizar inocentes”. Nesse sentido da apresentação da referida denúncia resultou um desperdício de uma quantidade significativa de recursos e de tempo do CCAC e das respectivas autoridades envolvidas, tratando-se de um acto que deve ser censurado. É de salientar que os cidadãos devem exercer de forma prudente o direito de queixa e denúncia, apresentando denúncias devidamente identificados e assumindo a responsabilidade dos seus actos.

## (五)

廉政公署收到一宗投訴，指社會工作局因疏忽而沒有及時通知投訴人辦理殘疾評估登記證的續期手續，致使其持有的登記證失效而無法獲發殘疾津貼，認為局方處事不當，要求廉政公署作出跟進。

經調查，2017年5月，由於投訴人登記證的有效期快將屆滿，社會工作局依照申請表所載的通訊地址向投訴人發函，並透過電話聯絡，以提醒其及時辦理登記證的續期手續，但由於投訴人當時正在監獄服刑，未能收到社會工作局有關通知，而社會工作局亦因為沒有收到投訴人的續期申請，在有關登記證有效期屆滿的情況下，沒有向投訴人發放2018年度的殘疾津貼。投訴人於2019年出獄後，發現未有收到款項，於是向局方表達不滿，並隨即申請登記證的續期。

廉政公署認為，由於投訴人之前在獄中一直透過駐監獄社工協助完成殘疾評估，並每年透過監獄向社會工作局提供在生證明，局方理應知悉投訴人屬在囚人士，因此，局方無直接透過監獄或駐監獄社工作出有關通知，雖未有違反法律，但在程序上確有可予改善之處。

為此，廉政公署立即向社會工作局作出反映及提出相關意見，社會工作局隨後回覆，指此次事件緣於登記證續期的提示機制未能有效應對投訴人在囚的特殊情況，而經對投訴人進行評估後，確認其維持殘疾狀態，所以決定向投訴人補發2018年度的殘疾津貼，並表示會檢討及完善上述提示機制，以避免同類事件再次出現。

## (六)

廉政公署收到一宗投訴，指澳門理工學院為招聘一名體育教學範疇的講師進行開考，在完成所有甄選環節及公佈最後成

## (V)

O CCAC recebeu uma queixa, na qual se referia que o Instituto de Acção Social (IAS), por negligência, não avisou atempadamente o queixoso para proceder à renovação do Cartão de Registo de Avaliação da Deficiência, não sendo ao mesmo, por conseguinte, concedido o subsídio de invalidez devido à caducidade do referido Cartão de Registo de que é titular. Achando estar em causa uma prática indevida por parte do referido Instituto, o queixoso solicitou a intervenção do CCAC para efeitos de acompanhamento do caso.

Na sequência da investigação, tendo em conta que a validade do referido Cartão de Registo do queixoso estava prestes a expirar em Maio de 2017, o IAS procurou relembrar o queixoso para proceder atempadamente à renovação do referido Cartão, quer através do envio de notificação para o seu endereço de correspondência constante do requerimento, quer por via telefónica. Contudo, como o queixoso se encontrava, na altura, a cumprir uma pena em estabelecimento prisional, a referida notificação não foi recebida pelo mesmo, sendo que, por outro lado, não tendo o IAS recebido o pedido, formulado pelo queixoso, de renovação do Cartão, aquele Instituto não lhe concedeu o subsídio de invalidez referente ao ano de 2018 em virtude da expiração do prazo da validade do referido Cartão de Registo. Depois da libertação do queixoso em 2019, e na sequência de ter constatado o facto de não lhe ter sido atribuído o montante do dito subsídio, o mesmo manifestou insatisfação junto do IAS, tendo procedido, de imediato, à renovação do Cartão de Registo.

No entender do CCAC, uma vez que a avaliação da deficiência referente ao queixoso em reclusão foi sempre realizada com o auxílio prestado por técnicos sociais que exercem funções no estabelecimento prisional, e tendo em conta também que a prova de vida do queixoso tem sido apresentada anualmente ao IAS através do estabelecimento prisional, o IAS deveria ter conhecimento de que o queixoso se encontrava em reclusão. Consequentemente, pese embora o facto do IAS não ter procedido à dita notificação directamente através do estabelecimento prisional, ou dos técnicos sociais que exercem funções naquele estabelecimento, não violar a lei, na verdade, existe espaço de melhoria no que respeita ao procedimento em causa.

Nestes termos, o CCAC comunicou, de imediato, o assunto ao IAS, apresentando ainda as respectivas sugestões sobre o mesmo, sendo que aquele Instituto explicou, em resposta posterior, que o incidente se derivou ao facto de o mecanismo de sinalização relativa à renovação do Cartão de Registo não ter funcionado eficazmente face à situação especial de reclusão do queixoso, e que depois de analisar o teor da queixa, foi reconhecida a manutenção do estado de invalidez do queixoso, decidindo consequentemente conceder-lhe o subsídio de invalidez referente ao ano de 2018. Mais afirmou o IAS que irá proceder à revisão e ao aperfeiçoamento do referido mecanismo de sinalização, evitando assim que apareçam novamente casos semelhantes.

## (VI)

O CCAC recebeu uma queixa, na qual referia que para recrutar um professor da área de educação física, o Instituto Politécnico de Macau (IPM) organizou o respectivo concurso, o

續名單後，卻又撤銷整個程序，認為澳門理工學院的處理不透明及浪費大量行政及財政資源，要求廉政公署展開調查。

經調查發現，澳門理工學院為轄下的體育暨運動高等學校公開招聘一名體育教學範疇的講師，在完成考核後，發現排名首位的投考人並非澳門居民，所以澳門理工學院向勞工事務局初步了解該名投考人申請外地僱員許可的可行性。勞工事務局回覆表示，由於該個案不符合確保本地僱員優先就業的原則，所以將難以獲得批准。

由於排名首位的投考人沒有退出招聘程序，而澳門理工學院亦認為將不獲批外僱許可，因此決定撤銷整個招聘程序。

廉政公署認為，倘澳門理工學院有意聘請非本地居民的導師，應在招聘程序啟動前向勞工事務局清楚了解申請有關外僱許可的條件與限制，而非在有關考核完成並在成績公佈後才進行相關工作；另外，為了獲得更具體的理據，澳門理工學院仍可向勞工事務局提出有關外僱許可申請，並以勞工事務局拒絕批准的正式回覆為依據，以便順延聘用排名較後的及格投考人，而不應單純以“其他投考人的成績與合格線相差不過”為由拒絕聘用排名較後的投考人。

無可否認，澳門理工學院上述做法難免會遭受浪費行政及財政資源的質疑；有見及此，廉政公署已向澳門理工學院作出意見反映及建議，後者接納並表示會採取適當措施，以完善隨後的招聘程序。

#### 第四部分 宣傳教育

2019年，廉政公署透過不同渠道，持續向公職人員及商界推廣廉潔守法意識，同時靈活調整針對市民大眾，尤其是青少年的

qual foi entretanto anulado depois de todos os procedimentos de selecção terem sido já realizados e de a lista classificativa final ter sido já publicada, achando o queixoso estar em causa um procedimento não transparente por parte daquele Instituto, desperdiçando muitos recursos administrativos e financeiros e, por isso, solicitou a intervenção do CCAC para efeitos de investigação.

Na sequência da investigação, apurou-se que o IPM abriu um concurso público para recrutar um professor da área de educação física para a sua Escola Superior de educação Física e Desporto e que, depois da realização das provas, foi constatado que o candidato classificado em primeiro lugar não é residente de Macau, tendo aquele Instituto procurado saber preliminarmente, junto da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), sobre a viabilidade de concessão da autorização de contratação de trabalhadores não residentes no caso do referido candidato. A DSAL respondeu que, no caso em apreço, seria difícil obter a dita autorização uma vez que se trata de uma situação não compatível com o princípio de prioridade na contratação de trabalhadores residentes.

Tendo em conta que o referido candidato classificado em primeiro lugar não desistiu do procedimento de recrutamento, e como o IPM achava também que, neste caso, o respectivo pedido da autorização de contratação de trabalhadores não residentes seria objecto de indeferimento, foi então decidido, por parte daquele Instituto, anular todo o procedimento de recrutamento em causa.

No entender do CCAC, se o IPM tenciona contratar docentes não residentes, deveria o mesmo procurar obter esclarecimentos, junto da DSAL, sobre os requisitos e os limites da solicitação da autorização de contratação de trabalhadores não residentes antes de iniciar o procedimento de recrutamento, não devendo proceder ao referido trabalho só depois da conclusão do concurso e da publicação da respectiva classificação. Por outro lado, para poder obter um fundamento mais concreto, o IPM poderia ter solicitado, neste caso, a autorização de contratação de trabalhadores não residentes, servindo depois a eventual resposta de indeferimento oficial dada pela DSAL como fundamento para contratar os candidatos aprovados e classificados na posição posterior à do referido candidato, não devendo simplesmente alegar o fundamento de que “os outros candidatos foram simplesmente aprovados à tangente” para recusar contratar outros candidatos aprovados.

É inegável que se pode levantar suspeitas de desperdício de recursos administrativos e financeiros com a referida prática do IPM. Por conseguinte, o CCAC já transmitiu a sua opinião e apresentou sugestões ao IPM, tendo as mesmas sido aceites e, por sua vez, o referido Instituto afirmou também que irá tomar medidas adequadas, com vista a aperfeiçoar doravante os procedimentos de recrutamento.

#### SECÇÃO IV ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Em 2019, o CCAC continuou a promover a consciência da integridade e do cumprimento da lei junto dos trabalhadores da função pública e do sector empresarial recorrendo para tal

倡廉宣傳策略，積極走進社區，爭取市民支持，共建廉潔社會。

### 一、公私營機構防貪教育

2019年，廉政公署舉行各種不同類型的講座及座談會共458場，參加人數達27,272人，主要對象包括公職人員、商業機構僱員、普羅市民、青少年及中小幼學生。統計數字詳見下表：

2019年各類講座及座談會統計總表

主題	對象	場數	人數
廉潔奉公、持廉守正、公務採購、財產及利益申報	公職人員	113	5,041
《預防及遏止私營部門賄賂》法律座談會	私人機構、公共部門、教育機構	80	3,513
廉潔意識	社團、教育機構、政府部門	6	229
誠信教育	青少年學生	259	18,489
<b>總計</b>		<b>458</b>	<b>27,272</b>

Estatística das palestras e colóquios realizados em 2019

Tema	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Integridade e dedicação ao público/Carácter nobre, conduta íntegra/Aquisição de bens e serviços/ Declaração de bens patrimoniais e interesses	Trabalhadores da função pública	113	5.041
Colóquio sobre Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado	Entidades privadas, serviços públicos e estabelecimentos de ensino	80	3.513
Consciência da integridade	Associações, estabelecimentos de ensino e serviços públicos	6	229
Educação para a honestidade	Jovens estudantes	259	18.489
<b>Total</b>		<b>458</b>	<b>27.272</b>

#### (一) 公職人員廉潔講座

為鞏固公共部門的誠信文化和公職人員的廉潔意識，廉政公署持續為公共部門舉辦“廉潔奉公”、“持廉守正”、“公務採購”和“財產及利益申報”等不同主題的倡廉講座，全年為23個部門/機構共5,041名公職人員舉辦113場講座。

a diversos meios, ajustando, simultaneamente e de forma flexível, a estratégia publicitária no âmbito da promoção da integridade para os cidadãos, nomeadamente para os jovens, bem como integrando-se activamente na comunidade para angariar o apoio da população em geral na construção de uma sociedade íntegra.

#### I. Sensibilização para a prevenção da corrupção nos sectores público e privado

Em 2019, o CCAC organizou um total de 458 palestras e colóquios de diversos tipos, contando com a participação de 27.272 pessoas. Os destinatários foram principalmente trabalhadores da função pública, empregados de sociedades comerciais e a população em geral, incluindo jovens e estudantes do ensino infantil, primário e secundário. Apresenta-se seguidamente os respectivos dados estatísticos.

#### (1) Palestras sobre a integridade destinadas aos trabalhadores da função pública

Para consolidar a cultura para a honestidade nos serviços públicos e a consciência da integridade dos trabalhadores dos serviços públicos, o CCAC continuou a organizar palestras dirigidas aos serviços públicos, tendo sido realizadas, em 2019, 113 sessões com a participação de 5.041 trabalhadores provenientes de 23 serviços/instituições públicas. Os temas das palestras incluíram, nomeadamente, a integridade e dedicação ao público, o carácter nobre, conduta íntegra, a aquisição de bens e serviços e a declaração de bens patrimoniais e interesses.

## (二) 私營機構廉潔座談會

廉政公署持續為民間社團、私人機構及教育機構舉辦《預防及遏止私營部門賄賂》法律座談會，介紹法律條文，並按不同界別人士、機構等設計個案內容，向銀行職員、酒店員工、中小企業和受資助機構人員舉辦座談會80場，共有3,513人次參加。

## 二、青少年廉潔教育

廉政公署一直積極推行青少年廉潔教育工作，多年來在教育界的支持下，廉潔教育工作得以順利推行。2019年，廉政公署透過多元化方式舉辦不同類型的宣教活動，向18,489名大專，以及中、小學生宣傳正確的道德價值觀。

2019年各項青少年講座、活動參加人數統計總表

項目	場數	人數
大專生廉潔誠信講座	6	216
青少年誠信教育計劃	90	6,010
畢業生誠信必修課	25	1,127
廉潔新一代	73	2,260
“威廉校園偵探系列活動2019 — 迷你威廉”誠信教育劇場	50	5,826
“愛·誠信”小學廉潔周活動	15	3,050
<b>總計</b>	<b>259</b>	<b>18,489</b>

### (一) 大專生廉潔誠信講座

廉政公署持續舉行“大專生廉潔誠信講座”，以《預防及遏止私營部門賄賂》法律為主軸，配以主題短片，向大專學生講解行賄和受賄的構成要件，讓他們反思貪污為社會和個人帶來的禍害，養成對貪污零容忍的態度。2019年度共有4間大專院校參加講座，共216名學生參與。

## (2) Colóquios sobre a integridade destinados ao sector privado

O CCAC prosseguiu na organização de colóquios relativos à Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, destinados a associações, entidades privadas e estabelecimentos de ensino, no intuito de divulgação do conteúdo da referida lei. Em função dos sectores a que pertenciam os participantes e as instituições, o CCAC preparou temáticas diferentes para os colóquios. Em 2019, foram organizados um total de 80 colóquios, contando com a participação de 3.513 pessoas. Os destinatários foram principalmente trabalhadores de bancos, de hotéis, de pequenas e médias empresas e de entidades beneficiárias de subsídios governamentais.

## II. Educação para a integridade da juventude

O CCAC tem vindo a implementar, de forma activa, a educação para a integridade da juventude. Com o apoio do sector educacional durante muitos anos, as acções de educação para a integridade foram implementadas com sucesso. Em 2019, o CCAC realizou acções de sensibilização de tipos diferentes através de meios diversificados, guiando 18.489 estudantes do ensino superior, secundário e primário na formação de valores morais correctos.

Estatística das palestras e actividades realizadas em 2019 para os jovens

Actividade	N.º de sessões	N.º de participantes
Palestras sobre Integridade e Honestidade Destinadas aos Estudantes do Ensino Superior	6	216
Programa de Educação para a Honestidade da Juventude	90	6.010
Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas	25	1.127
Nova Geração Íntegra	73	2.260
Teatro de Educação sobre Honestidade “Série de Actividades do Investigador do Campus 2019 — Mini Guilherme”	50	5.826
Semana da Integridade Exclusiva para Escolas Primárias “Amor à Honestidade”	15	3.050
<b>Total</b>	<b>259</b>	<b>18.489</b>

### (1) Palestras sobre Integridade e Honestidade Destinadas aos Estudantes do Ensino Superior

O CCAC tem vindo a realizar “Palestras sobre Integridade e Honestidade Destinadas aos Estudantes do Ensino Superior”, sendo a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado o eixo principal das palestras. Foram explicados aos estudantes, com recurso à divulgação de vídeos, os elementos constitutivos dos crimes de corrupção activa e passiva, procurando fazer com que os estudantes reflectam sobre os flagelos da corrupção para a sociedade e o indivíduo, no sentido de desenvolver uma atitude de tolerância zero em relação à corrupção. Em 2019, 4 escolas do ensino superior participaram nestas palestras, contando com a participação de 216 estudantes.

**(二) 中學生講座****1. 青少年誠信教育計劃**

“青少年誠信教育計劃”多年來得到學校支持和配合，廉政公署派員到參與計劃的學校，針對中學生不同的成長階段，向他們講解與誠信有關的主題，輔以個案短片、生活例子及社會時事等，激發中學生思考和討論，引導青年建立良好品格。2019年，有12間學校參與“青少年誠信教育計劃”，共舉辦90場講座，參與學生人數達6,010人。

**2. “畢業生誠信必修課” 專題講座**

“畢業生誠信必修課” 專題講座向應屆中學畢業生講解實用的廉潔指引，使其在步出校園、踏足社會前能對澳門現行的反貪法律及防貪知識有初步了解。2019年度共有8間學校參加講座，舉辦場次共25場，參與學生人數有1,127人。

**(三) 中學廉潔周**

2019年，廉政公署分別與聖公會（澳門）蔡高中學、慈幼中學及聖羅撒女子中學中文部，共三間學校合辦“廉潔周”活動。廉政公署人員於廉潔周舉行期間到學校進行多場專題講座，與學生們進行互動交流及討論，亦會在每間學校安排展板擺設，並進行問答遊戲活動，透過不同主題，令學生更明白誠信是建立良好品格不可缺少的一環。

**(四) 出版全新中學誠信教材《思而行》高中篇**

2016年廉政公署推出以初中生為對象的中學誠信教材《思而行》，學校使用後反應正面。2019年廉政公署着手編製《思而行》高中篇，內容針對高中生設計，四個教學單元分別為“承擔責任”、“情與義”、“廉潔不貪”及“廉潔選舉”。《思而行》高中

**(2) Palestras destinadas aos estudantes do ensino secundário****1. Programa de Educação para a Honestidade da Juventude**

O “Programa de Educação para a Honestidade da Juventude” tem vindo a obter apoio e coordenação dos estabelecimentos de ensino. De acordo com os diferentes estágios de crescimento dos alunos do ensino secundário, o CCAC enviou o seu pessoal às escolas participantes para explicar temas relacionados com a honestidade, estimular a reflexão e discussão dos estudantes, bem como procurando guiá-los na formação de bom carácter recorrendo à divulgação de vídeos de casos reais e à apresentação de exemplos quotidianos e de notícias diversas. Em 2019, 12 escolas participaram no referido programa, foram realizadas pelo CCAC 90 palestras, contando com a participação de 6.010 estudantes.

**2. Palestras sobre “Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas”**

As palestras sobre “Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas” foram realizadas para dar a conhecer aos alunos finalistas do ensino secundário instruções práticas de integridade. Com a organização desta actividade, espera-se que os alunos finalistas, prestes a entrar no mercado laboral, possam adquirir conhecimentos básicos relativamente à legislação actualmente em vigor em Macau sobre o combate à corrupção e conhecimentos relativos à prevenção da corrupção. Em 2019, o CCAC realizou 25 palestras que contaram com a participação de 1.127 alunos provenientes de 8 escolas neste âmbito.

**(3) Semana da Integridade do ensino secundário**

Em 2019, o CCAC co-organizou a “Semana da Integridade” em colaboração com 3 escolas do ensino secundário, concretamente a Sheng Kung Hui Escola Choi Kou (Macau), o Instituto Salesiano da Imaculada Conceição e o Colégio de Santa Rosa de Lima (secção chinesa). Durante essa semana, o pessoal do CCAC deslocou-se às escolas para realizar várias palestras, promovendo assim, de maneira interactiva, o intercâmbio e a discussão com os estudantes. Além disso, foram instalados também painéis informativos e realizados jogos de perguntas e respostas, entre outras actividades. Através de diversos temas, procurou-se fazer com que os estudantes compreendam o facto de que a honestidade é uma parte indispensável da construção de um bom carácter.

**(4) Edição do novo material didáctico sobre honestidade “Pensar e Actuar” para o ensino secundário complementar**

Em 2016, o CCAC lançou o material didáctico sobre honestidade “Pensar e Actuar” destinado aos estudantes do ensino secundário geral, tendo obtido uma reacção positiva após o uso deste material por parte de várias escolas. Em 2019, o CCAC procedeu à elaboração da edição do “Pensar e Actuar” para o ensino secundário complementar com conteúdo aplicável aos estudantes do ensino secundário complementar. O material didáctico é composto por 4 unidades, concretamente, “Cumprimento de responsabilidade”, “Amor e Justiça”, “Incorruptibilidade” e “Eleições limpas”. O “Pensar e Actuar” para o ensino secundário complementar foi lançado em Dezembro de 2019 e esteve disponível para ser utilizado pelas escolas no ano lectivo 2019/2020. Simultaneamente, aquele material foi colocado no

篇於2019年12月出版，並於2019/2020學年供各校採用，同時已上載至“誠信教育資源庫”，方便教育工作者搜尋及使用。

#### (五) “廉潔新一代 — 小學生誠信教育計劃”

“廉潔新一代 — 小學生誠信教育計劃”推行已超過15年，計劃透過學校組織小三至小六學生，參觀附設於黑沙環社區辦事處的“廉潔樂園”，並進行一小時的誠信教學活動，透過木偶劇、電腦動畫及短片等教學方式，向小學生傳遞誠實和守法信息，引導他們從小建立正確的價值觀。由於黑沙環社區辦事處進行翻新工程，2019年的“廉潔新一代 — 小學生誠信教育計劃”於9月起暫停，而1月至8月共舉辦73場活動，有來自22間學校的2,260名學生參與。

#### (六) “威廉校園偵探系列活動2019 — 迷你威廉”誠信教育劇場

廉政公署於2019年6月至7月期間，舉行誠信教育劇場，透過戲劇欣賞及互動遊戲，向幼稚園及初小學生傳遞廉潔誠實的信息。是次活動共有28間學校參與，舉辦場次共50場，參與的幼小學生達5,826人。除現場演出，廉政公署並將活動改編成教案，上載至“誠信教育資源庫”，讓家長及教師透過戲劇故事向小朋友傳遞廉潔誠信的正確價值觀。

#### (七) “愛·誠信”小學廉潔周活動

廉政公署於2019學年首次推出“愛·誠信”小學廉潔周活動，以一周為期，配合校方的教學安排，於午間或課堂進行。2019年10月，廉政公署分別到鮑思高粵華小學及培正中學開展“愛·誠信”小學廉潔周活動，內容包括攤位遊戲、誠信短片欣賞、誠信故事分享、VR遊戲及展板問答遊戲等，向小學生宣傳誠信廉潔信息。

#### (八) “童創誠信新一代”親子拼貼/填色創作比賽頒獎禮暨得獎作品巡迴展

廉政公署2018年首次以親子共創為主旨，舉辦“童創誠信新一代”親子拼貼/填色創作比賽，共收到1,593份參賽作品，2019

“Banco de Recursos Educativos sobre Honestidade”，facilitando a pesquisa e a utilização por parte dos trabalhadores do sector educativo.

#### (5) “Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário — Nova Geração Íntegra”

O “Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário — Nova Geração Íntegra” foi lançado há já 15 anos, tendo como conteúdo o convite aos estudantes do 3.º ao 6.º ano para, sob organização das escolas primárias, visitarem o espaço “Paraíso da Integridade” da Delegação do CCAC na Areia Preta, e participarem na actividade de ensino sobre honestidade durante uma hora. No âmbito do programa, foram transmitidas a essas crianças mensagens sobre honestidade e cumprimento da lei, sendo também estimuladas, desde pequeninas, na formação de valores morais correctos através do teatro de marionetas, da animação informática e de vídeos. Devido à execução de obras de remodelação internas na Delegação do CCAC na Areia Preta, o referido programa foi suspenso a partir de Setembro de 2019. Entre Janeiro e Agosto, foram realizadas 73 sessões do programa para 22 escolas primárias, com a participação de 2.260 estudantes.

#### (6) Teatro de Educação sobre Honestidade “Série de Actividades do Investigador do Campus 2019 — Mini Guilherme”

Entre Junho e Julho de 2019, o CCAC organizou o Teatro de Educação sobre Honestidade e divulgou mensagens de integridade e de honestidade para os estudantes do ensino infantil e primário através da apresentação de dramas e realização de jogos interactivos. Foram realizadas 50 sessões deste Teatro em 28 escolas, com a participação de 5.826 estudantes do ensino infantil e primário. Além das apresentações ao vivo, o CCAC adaptou as actividades aos planos de ensino e disponibilizou-os no “Banco de Recursos Educativos sobre Honestidade”, para que os pais e os professores possam transmitir os valores correctos da integridade e da honestidade às crianças através da apresentação destas histórias.

#### (7) Semana da Integridade Exclusiva para Escolas Primárias “Amor à Honestidade”

O CCAC lançou, pela primeira vez, a Semana da Integridade Exclusiva para Escolas Primárias “Amor à Honestidade” no ano lectivo de 2019. Esta actividade teve a duração de uma semana e foi realizada em articulação com a organização pedagógica da escola, ou no período do intervalo para almoço, ou durante as próprias aulas. Em Outubro de 2019, o CCAC cooperou com o Colégio Dom Bosco (Yuet Wah) e a Escola Pui Ching, respectivamente, para essa realização de diversas actividades, nomeadamente jogos em tendas, apresentação de vídeos sobre honestidade, partilha de histórias sobre honestidade, jogos de RV e jogos de perguntas e respostas em painéis informativos, no sentido de transmitir a mensagem de honestidade e de integridade aos estudantes.

#### (8) Cerimónia de entrega de prémios do Concurso de Colagem para Pais e Filhos/Concurso de Pintura Criativa “Uma Nova Geração Criativa e Honesta” e Exposição itinerante dos trabalhos premiados

Em 2018, o CCAC organizou, pela primeira vez, com o objectivo da promoção da criação conjunta entre pais e filhos, o Concurso de Colagem para Pais e Filhos e o Concurso de Pintura Criativa, subordinados ao tema “Uma Nova Geração

年對參賽作品進行評選後，於4月27日假中葡職業技術學校禮堂舉行頒獎禮，向得獎學生及家長頒發獎項，逾180名學界代表、社團代表、家長及得獎者出席。之後並於5月至7月期間，在本澳9間小學/幼稚園進行得獎作品巡迴展。

### 三、社區推廣工作

#### (一) 社區辦事處接收的投訴、舉報及諮詢

黑沙環社區辦事處及氹仔社區辦事處繼續發揮應有功能，為市民提供便捷的投訴、舉報及諮詢渠道。兩社區辦事處在2019年共接獲投訴/舉報、求助諮詢及簡單查詢合共537宗，較2018年的940宗減少403宗，主要由於2018年廉政公署舉辦兩項親子活動，較多市民查詢活動內容，導致簡單查詢的數字增多。2019年接待資料詳見下表：

2019年兩社區辦事處接待市民統計表

投訴/舉報		求助諮詢	簡單查詢	
親身	書面投訴		親身	電話
11	23	114	275	114
小計：34宗		小計：503宗		
總計：537宗				

#### (二) 拓展社區關係

##### 1. 參與社區活動

2019年，廉政公署一如既往參與“2019年六·一國際兒童節園遊會”及“第50屆明愛慈善園遊會”，在活動中設置攤位遊戲，寓教於樂，向市民尤其是兒童宣揚廉潔意識。同時組織員工及義工參與“公益金百萬行2019”，透過參與各類社區及慈善活動，將廉潔守法等正面信息帶入社區，爭取市民支持廉政建設。

##### 2. 社區廉潔教育

2019年，廉政公署邀請2個社團共33名市民參觀黑沙環社區辦事處，透過講座及參觀辦事處設施，加深他們對廉政公署職能的了解。

Criativa e Honesta”, tendo recebido um total de 1.593 trabalhos neste Concurso. Após a avaliação dos trabalhos em 2019, realizou-se a Cerimónia de entrega de prémios no auditório da Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional no dia 27 de Abril. Na ocasião foram entregues os prémios aos estudantes, e aos seus pais, premiados, contando com a presença de mais de 180 participantes, incluindo representantes do sector da educação e das associações, encarregados de educação e os respectivos premiados. Posteriormente, durante o período entre Maio e Julho, o CCAC realizou uma exposição itinerante dos trabalhos premiados em 9 escolas primárias e jardins de infância locais.

### III. Acções de promoção comunitária

#### (1) Queixas, denúncias e pedidos de consulta recebidos nas delegações do CCAC

As Delegações, na Areia Preta e na Taipa, continuaram a desempenhar as suas funções, proporcionando ao público meios convenientes para apresentação de queixas, denúncias e pedidos de consulta. Em 2019, o número de queixas/denúncias, e de pedidos de consulta e de informação recebidos pelas duas delegações totalizou 537, tendo-se registado uma descida de 403 casos quando em comparação com os 940 casos de 2018. Registou-se também um aumento no número de pedidos de informação principalmente porque o CCAC organizou duas actividades entre pais e filhos em 2018 que levaram mais cidadãos a fazer consultas sobre essas actividades. Apresentam-se de seguida os respectivos dados estatísticos de 2019:

Estatística relativa ao atendimento ao público nas duas delegações do CCAC em 2019

Queixas/Denúncias		Pedidos de consulta	Pedidos de informação	
Pessoalmente	Por escrito		Pessoalmente	Por telefone
11	23	114	275	114
Subtotal: 34		Subtotal: 503		
Total: 537				

#### (2) Alargamento das relações comunitárias

##### 1. Participação em actividades comunitárias

Em 2019, o CCAC participou, tal como nos anos anteriores, no “Bazar do Dia Mundial da Criança 2019” e no “50.º Bazar de Caridade da Cáritas de Macau” respectivamente, promovendo, com recurso à disponibilização de jogos em tendas, a consciência da integridade junto dos cidadãos, nomeadamente das crianças, procurando “educar” através da diversão. A par disso, o CCAC organizou o seu pessoal, juntamente com um grupo de voluntários, para que participassem na “Marcha de Caridade para Um Milhão 2019”. Através da participação em diversas actividades de comunidade e de caridade, o CCAC pretende transmitir a consciência da integridade e do cumprimento da lei à comunidade, procurando angariar o apoio dos cidadãos na construção de uma sociedade íntegra.

##### 2. Educação de integridade para a comunidade

Em 2019, o CCAC convidou 33 cidadãos de 2 associações para visitar a delegação do CCAC na Areia Preta, procurando fazer com que os referidos cidadãos tenham uma compreensão mais profunda das funções do CCAC através de palestras e de visitas às instalações da referida delegação.

### 3. 訪問社團

2019年，廉政公署訪問了6個不同性質的團體，包括：澳門弱智人士家長協進會附屬曙光中心、澳門基督教青年會、聖公會青年領袖發展中心及聖公會北區青年服務隊、街總藝駿中心、菩提青少年及家庭綜合服務中心、救世軍（澳門）教育中心，除向對方介紹廉政公署職能，亦就未來合作推行社區宣傳活動交換意見。

### 4. 媒體宣傳

廉政公署持續透過各種方式，包括各類廣告、新聞發佈、互聯網及新媒體宣傳投訴舉報渠道及其他廉政相關信息，鼓勵市民舉報及防範貪污，提高廉潔意識。

#### (三) 廉潔義工隊

2019年，廉潔義工隊繼續協助廉政公署進行各類廉潔宣傳教育活動，包括在廉政公署舉辦的“童創誠信新一代”親子拼貼/填色創作比賽頒獎禮上作禮儀及技術支援、協助廉政公署“誠信教育資源庫”教案短片的拍攝工作等，廉政公署並組織義工探訪“澳門弱智人士家長協進會附屬曙光中心”，與中心兒童唱遊歡聚，同時了解特殊兒童需要。廉政公署鼓勵義工們參與義務及社會工作，關心弱勢社群，身體力行，向社會發放正能量。

## 第五部分 對外交流與培訓

2019年，廉政公署持續加強與各地反貪及監察機構的聯繫，透過參加國際及區際會議以及相關培訓活動，提升工作人員的專業能力，深化與相關組織的交流及合作。

### 一、接待來訪

廉政公署在2019年分別接待了香港廉政公署、香港申訴專員公署、新加坡賭場管制局、東帝汶民主共和國國民議會及孟加

### 3. Visita a associações

Em 2019, o CCAC visitou 6 associações de natureza diferente, concretamente o Centro “O Amanhecer” da Associação dos Familiares Encarregados dos Deficientes Mentais de Macau, a Associação dos Jovens Cristãos de Macau, o Centro de Desenvolvimento de Liderança Juvenil e a Equipa de Intervenção Comunitária para Jovens da Zona Norte Sheng Kung Hui, o Centro Ngai Chon da União Geral das Associações dos Moradores, o Complexo de Serviços para Jovens e Famílias Pou Tai e o Centro de Educação da Associação Exército de Salvação (Macau), tendo ali sido apresentadas as funções do CCAC e trocadas impressões sobre a cooperação futura no âmbito da promoção da integridade comunitária.

### 4. Acções de divulgação na comunicação social

O CCAC tem vindo a divulgar as vias de apresentação de queixas e denúncias e bem assim as mensagens relativas ao combate à corrupção e à promoção da integridade recorrendo a diversos meios, nomeadamente à publicação de anúncios publicitários e de notas de imprensa, à *internet* e às novas *medias*, no sentido de encorajar os cidadãos a apresentarem as suas denúncias e a evitarem a prática de actos de corrupção, elevando assim a consciência de integridade.

### (3) Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa

Em 2019, o Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa continuou a prestar apoio ao CCAC na realização de diversas acções de sensibilização e de promoção da integridade, nomeadamente na prestação de apoio técnico e no âmbito das regras de etiqueta na cerimónia de entrega de prémios do Concurso de Colagem para Pais e Filhos/Concurso de Pintura Criativa “Uma Nova Geração Criativa e Honesta” organizada pelo CCAC, na filmagem de vídeos para os planos de ensino do “Banco de Recursos Educativos sobre Honestidade” do CCAC. Para além disso, o CCAC organizou grupos de voluntários para visitar o Centro “O Amanhecer” da Associação dos Familiares Encarregados dos Deficientes Mentais de Macau, onde os voluntários cantaram e conversaram com as crianças do Centro, aprendendo sobre as necessidades das crianças especiais. O CCAC tem vindo a incentivar os seus voluntários para participar nas actividades voluntárias e comunitárias, cuidar dos grupos vulneráveis e fazer o possível para fornecer energia positiva à sociedade.

## SECÇÃO V INTERCÂMBIO COM O EXTERIOR E ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Em 2019, o CCAC continuou a reforçar a ligação com entidades de combate à corrupção e de supervisão de diversos países e regiões e, através da participação em conferências, reuniões e respectivas acções de formação a nível internacional e regional, a elevar as capacidades profissionais do pessoal, aprofundando também o intercâmbio e a cooperação com os relevantes organismos.

### I. Recepção de delegações

Em 2019, foram recebidas, pelo CCAC, delegações da Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, da Provedoria de Justiça de Hong Kong, da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, do Parlamento Nacio-

拉反腐敗委員會等代表團，積極交流工作經驗，並探討相互合作的發展方向。

## 二、外訪及參與區域、國際會議

2019年，廉政公署派員進行多項外訪活動及參與區域及國際會議，其中包括：

- 赴廣州市與廣東省監察委員會及香港廉政公署舉行聯合會議，共同探討粵港澳大灣區的廉政建設合作，貫徹落實《粵港澳大灣區發展規劃綱要》，共同維護大灣區的廉政發展環境。
- 拜訪廣東省、重慶市及中山市監察委員會，就實務工作交流意見並分享工作經驗。
- 赴杭州市拜訪浙江省公安廳及浙江警察學院，深化兩地交流，並落實合作事宜。
- 赴奧地利維也納出席國際反貪局聯合會第十次年會暨會員代表大會。
- 赴香港出席香港廉政公署第七屆國際會議，就《聯合國反腐敗公約》提倡的執法、法治、防貪措施和社區參與等議題進行深入討論，與執法機關代表就實務工作交流意見，深化國際合作。
- 赴土耳其伊斯坦布爾出席第二屆伊斯坦布爾國際申訴專員會議，與其他國家的申訴機構代表交流工作理念及先進經驗，以及參加第十六屆亞洲申訴專員協會會員大會會議，按照議程討論會務及對各方面的事項進行表決。
- 赴奧地利維也納出席《聯合國反腐敗公約》的相關會議，就因履行公約而出現的各項問題與其他締約國代表進行討論及交流經驗。

nal da República Democrática de Timor-Leste e da Comissão Anti-Corrupção do Bangladesh, entre outras, tendo-se trocado, de forma activa, experiências profissionais e abordando orientações relativamente ao desenvolvimento da cooperação mútua.

## II. Deslocações ao exterior e reuniões regionais e internacionais

Em 2019, o CCAC enviou o seu pessoal ao exterior para a realização de várias visitas e participação em conferências e reuniões regionais e internacionais, nomeadamente:

- Ao município de Guangzhou, para participar numa reunião conjunta com a Comissão de Supervisão da Província de Guangdong e o ICAC de Hong Kong, tendo ali sido abordados conjuntamente temas relativos às acções de cooperação em prol da promoção da integridade na zona da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, com vista a implementar, de forma efectiva, as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, assegurando conjuntamente o desenvolvimento de um ambiente íntegro na Grande Baía.
- À Comissão de Supervisão da Província de Guangdong, à Comissão de Supervisão do Município de Chongqing e à Comissão de Supervisão do Município de Zhongshan, trocando impressões e compartilhando experiências profissionais sobre trabalhos práticos.
- Ao município de Hangzhou, para visitar o Departamento de Segurança Pública da Província de Zhejiang e o Colégio da Polícia de Zhejiang, aprofundando o intercâmbio entre as duas regiões e concretizando objectivos no âmbito da cooperação.
- A Viena, Áustria, para participar na 10.ª Conferência Anual e Sessão Plenária da Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (IAACA).
- A Hong Kong, para participar no 7.º Simpósio do ICAC de Hong Kong, tendo ali sido profundamente abordados temas relativos à execução da lei, ao Estado de Direito, às medidas para a prevenção da corrupção e à participação das comunidades, entre outros, promovidos pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, trocando impressões com os representantes dos órgãos executores da lei sobre trabalhos práticos, aprofundando assim a cooperação internacional.
- A Istambul, Turquia, para participar na 2.ª Conferência Internacional do Ombudsman de Istambul, trocando ideias profissionais e experiências avançadas com os representantes dos provedores de justiça de outros países, participando também na 16.ª Assembleia Geral da Associação do Ombudsman Asiático (AOA), discutindo os trabalhos desenvolvidos pela Associação em conformidade com a ordem de trabalhos e procedendo à votação de assuntos de diversas áreas.
- A Viena, Áustria, para participar nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, abordando e trocando, com os representantes dos outros Estados Partes, experiências relativas às diversas questões suscitadas na implementação da Convenção.

- 赴新加坡參與第五屆新加坡博彩規管及犯罪研討會。
- 赴澳大利亞堪培拉參與第二十二屆亞太區打擊清洗黑錢組織年會。

- A Singapura, para participar no 5.º Simpósio sobre Regulação de Jogos e Crime.
- A Canberra, Austrália, para participar na 22.ª Reunião Plenária Anual do Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais.

### 三、《聯合國反腐敗公約》履約審議工作會議

2019年5月，廉政公署應邀派員隨中國代表團出席在奧地利維也納舉行的《聯合國反腐敗公約》履約審議工作會議。另外，在內地各部委及特區政府各部門的支持及協助下，廉政公署於2019年11月完成《聯合國反腐敗公約》第二章（預防措施）及第五章（資產的追回）的實施情況自評清單。現正就清單內容進行技術性調整，隨後會將之送交《聯合國反腐敗公約》秘書處，以便讓審議國派出的專家組對特區實施《聯合國反腐敗公約》的情況進行審議。

此外，考慮到聯合國專家組對澳門特區履行《聯合國反腐敗公約》所提意見，廉政公署在分析近年偵破的案件及比較鄰近地區的反腐敗法律制度的基礎上，在2019年亦有就澳門相關範疇的刑事法律制度及公職人員紀律制度進行檢討。

### 四、人員培訓

2019年5月下旬，廉政公署派員以審議專家身份赴維也納，參與由聯合國毒品和犯罪問題辦公室舉辦的《聯合國反腐敗公約》履約審議培訓班。另外，廉政公署於9月上旬派員赴杭州市參與由廉政公署與浙江警察學院合辦的研修班，讓廉政公署人員學習警務專業的最新知識，並加強對國家最新發展情況的了解。此外，廉政公署並派員前往北京參與國家監察委員會舉辦的培訓。

### III. Reuniões de trabalho relativas à avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção

Em Maio de 2019, o CCAC foi convidado a enviar pessoal para participar, juntamente com a delegação da China, nas reuniões de trabalho relativas à avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção que tiveram lugar em Viena, Áustria. Para além disso, com o apoio e ajuda de diversos ministérios e comissões do Interior da China, bem como de diversos serviços do Governo da RAEM, o CCAC concluiu, em Novembro de 2019, a elaboração do questionário de auto-avaliação relativo à situação da conformidade da implementação do disposto nos Capítulos II (Medidas preventivas) e V (Recuperação de activos) da referida Convenção. Estão em curso ajustamentos técnicos ao teor do questionário que será apresentado posteriormente ao Secretariado da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção para avaliação a ser levada a cabo por um grupo de peritos designados pelos Estados incumbidos da tarefa de avaliação da implementação da Convenção por parte da RAEM.

Para além disso, tendo em conta as sugestões formuladas pelo grupo de peritos das Nações Unidas relativas à conformidade, por parte da RAEM, da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o CCAC, depois de fazer uma análise aos casos resolvidos nos últimos anos e de comparar com os regimes jurídicos de combate à corrupção das regiões vizinhas, procedeu também, em 2019, a estudos de revisão relativamente ao respectivo regime jurídico penal e ao regime disciplinar dos trabalhadores da função pública.

### IV. Formação dos trabalhadores

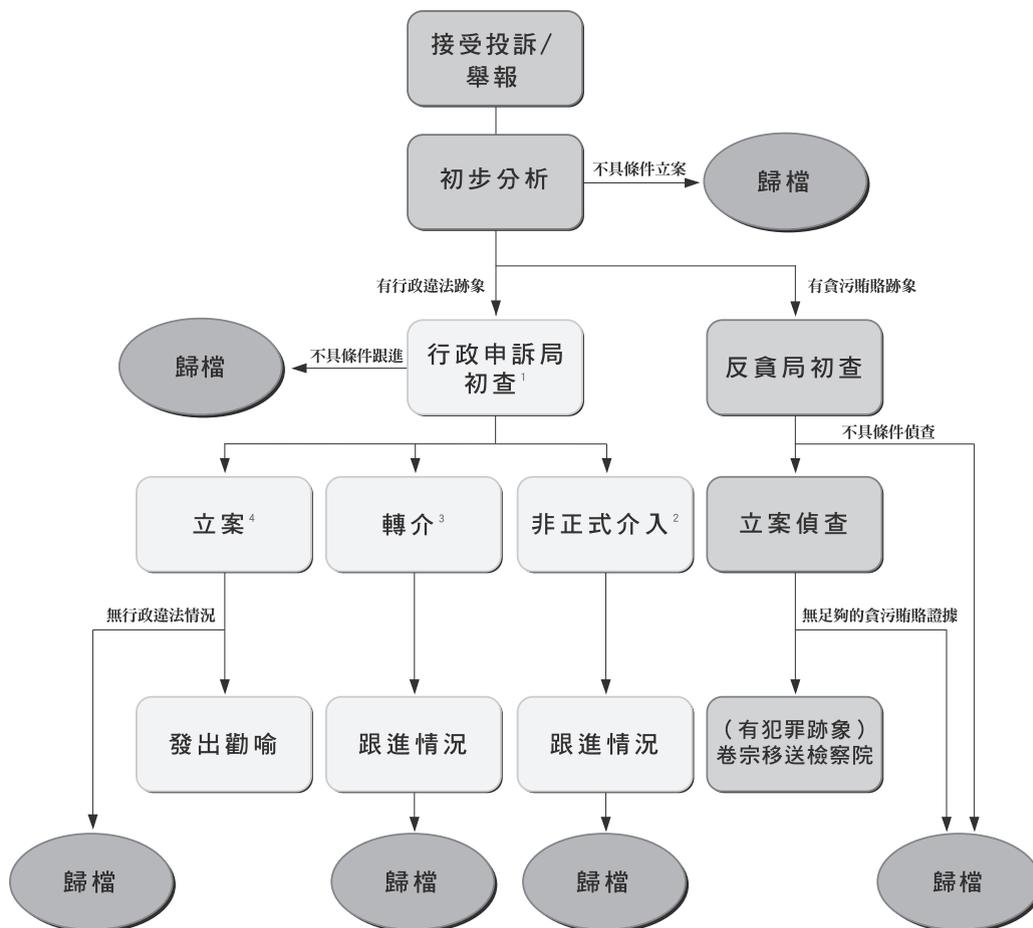
No final de Maio de 2019, o CCAC enviou um representante a Viena para participar, enquanto perito da avaliação, num curso de formação relativa à avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção organizado pelo Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Para além disso, no início de Setembro, o CCAC enviou pessoal ao município de Hangzhou para frequentar um curso de formação co-organizado pelo CCAC e pelo Colégio da Polícia de Zhejiang, tendo ali sido aprendidos os conhecimentos mais recentes de carácter profissional policial e relativos à situação do desenvolvimento nacional. O CCAC enviou ainda pessoal a Pequim para participar num curso de formação organizado pela Comissão Nacional de Supervisão.

第六部分

附件

附件一

廉政公署處理陳訴（陳述、投訴及舉報）流程圖



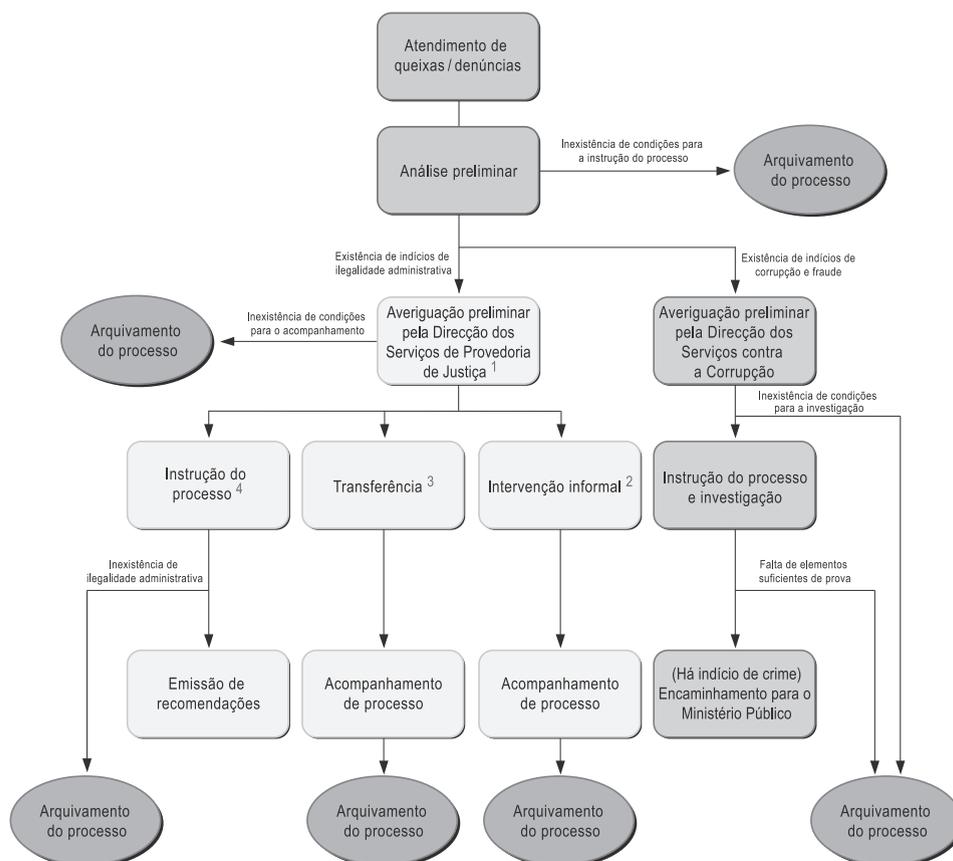
註：

1	行政申訴局初查	按照《澳門特別行政區廉政公署組織法》及《行政程序法典》等的相關規定進行，其中必須遵守辯論原則，即確保投訴方與被投訴方皆有陳述的機會。
2	非正式介入	如有關程序未完成或有關行為仍未產生效力，廉署會以此方式引導有關部門或機構，藉此及時作出糾正。
3	轉介	因應個案的特別情況，加上原行政部門有權限及掌握相關的資料（廉署僅掌握投訴人提供的單方資料，可能不足或不詳盡），宜先由有關部門依法定程序處理，在徵得投訴人同意下，轉介到相關部門或機構處理，廉署會跟進其進展情況。
4	立案	基於問題的嚴重性和涉及面，廉署會立案調查，並根據《澳門特別行政區廉政公署組織法》第四條第十二項的規定，直接向行政部門發出勸喻，以糾正違法或不公正的行政行為或行政程序。根據《澳門特別行政區廉政公署組織法》第十二條的規定，如有關部門或機構不接納勸喻，應在15個工作天內向廉署提出有理據的答覆，而廉署在向其上級或監管實體重申立場後，還可向行政長官報告或向公眾披露。

## SECÇÃO VI ANEXOS

### ANEXO I

#### Fluxograma sobre o processo de tratamento de queixas e denúncias

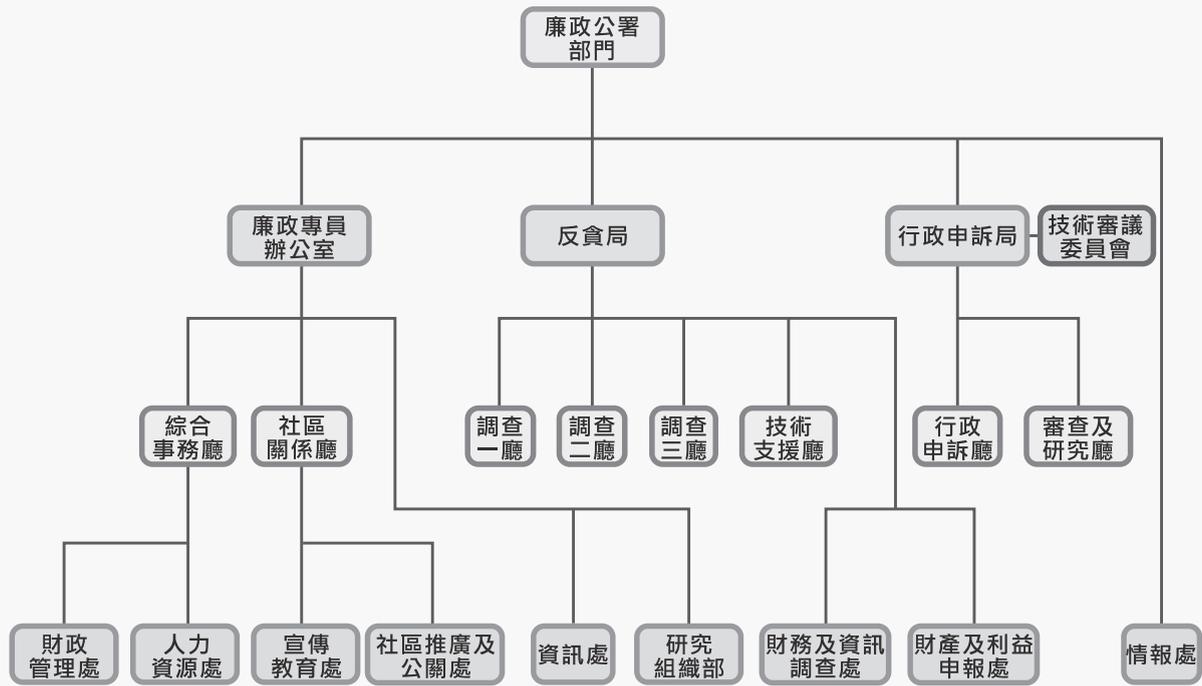


#### Observações:

1	Averiguação preliminar pela Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça	Aplicam-se as correspondentes disposições da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau e do Código do Procedimento Administrativo, com respeito pelo princípio do contraditório, sendo assegurada a igualdade na prestação de depoimentos por parte do queixoso e da parte participada.
2	Intervenção informal	Quando um procedimento administrativo não tenha ainda sido concluído pela entidade competente ou quando determinado acto não tenha ainda produzido qualquer efeito, pode o CCAC, através desta forma de intervenção, emitir orientações com vista ao acompanhamento pelos respectivos serviços ou entidades no sentido de se resolver a questão.
3	Transferência	Em conformidade com a especificidade dos casos e quando os serviços administrativos tenham competência própria e estejam na posse de todos os dados relacionados com a questão (possuindo o CCAC apenas os dados fornecidos pelo queixoso, que podem ser insuficientes ou incompletos), e uma vez obtida concordância por parte do queixoso, deve o CCAC transferir, de acordo com os procedimentos legalmente estabelecidos, o caso aos respectivos serviços ou entidades competentes para o seu devido tratamento, ficando o CCAC a acompanhar o andamento do processo.
4	Instrução do processo	Tendo em conta o grau de gravidade das questões envolvidas, o CCAC pode proceder à investigação mediante instrução do processo e, nos termos da alínea 12) do artigo 4.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau pode o mesmo dirigir recomendações directamente aos órgãos competentes com vista à correcção de actos ou procedimentos administrativos ilegais ou injustos. De acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, em caso de não aceitação das recomendações, o respectivo órgão deve dar uma resposta, sempre fundamentada, no prazo de quinze dias úteis, podendo ainda o CCAC expor o caso ao superior hierárquico ou à entidade tutelar da entidade nela visada, até comunicar a situação ao Chefe do Executivo ou dar conhecimento ao público.

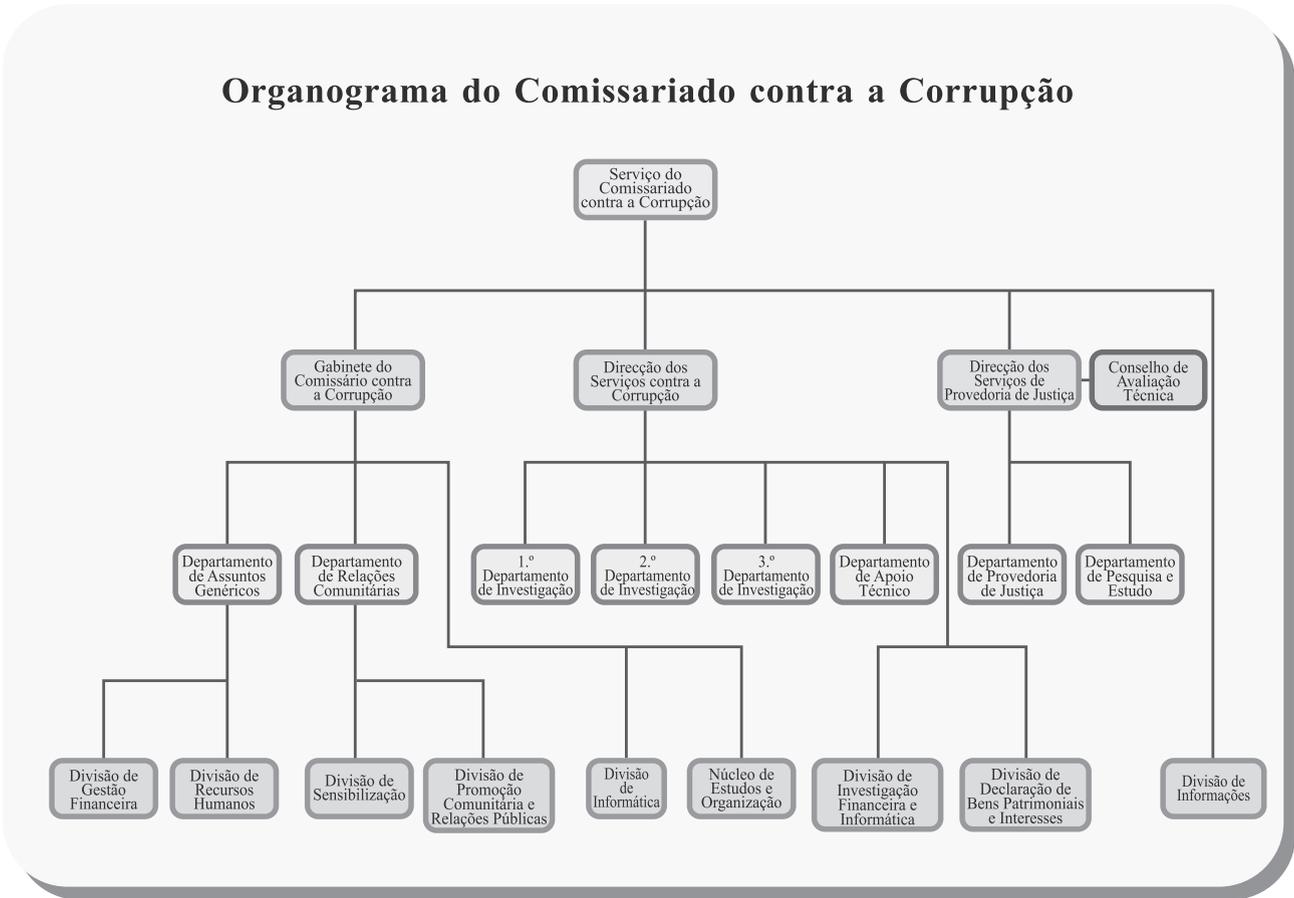
附件二

### 廉政公署組織架構圖



ANEXO II

Organograma do Comissariado contra a Corrupção



印務局  
Imprensa Oficial

每份售價 \$53.00

PREÇO DESTE NÚMERO \$ 53,00